



Elan Moises Marinho da Silva

Intuições na filosofia analítica contemporânea

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Ludovic Soutif

Rio de Janeiro

Abril de 2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Intuições na filosofia analítica contemporânea

Elan Moises Marinho da Silva

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Ludovic Soutif

Orientador

Departamento de Filosofia — PUC-Rio

Celia Cristina Patricio Teixeira

Departamento de Filosofia — UFRJ

Filipe Herkenhoff Carijó

Instituto de Psicologia — UFRJ

Miguel Egler

Departamento de Filosofia — Tiburg University

Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Elan Moises Marinho da Silva

Graduou-se em Filosofia (PUC-Rio) em 2020. Foi bolsista de iniciação científica (2018-2020) pelo PIBIC/CCPG da PUC-Rio com uma pesquisa sobre mundos possíveis, compromissos metafísicos, designação rígida e teorias da referência dos nomes próprios, e uma outra pesquisa sobre intuições. Foi monitor (2018-2020) da disciplina de Introdução à Filosofia com foco em linguagem pela PUC-Rio, onde trabalhou nas relações entre linguagem, pensamento e mundo, da história da filosofia antiga à contemporânea. Na PUC-Rio, também foi monitor de Questões Epistemológicas I (2019), Teoria do Conhecimento II (2020) e Teoria do Conhecimento (2022) focando em tópicos da epistemologia analítica contemporânea. Desde 2022, ministra aulas de filosofia para o Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR).

Ficha Catalográfica

da Silva, Elan Moises Marinho

Intuições na filosofia analítica contemporânea / Elan Moises Marinho da Silva; orientador: Ludovic Soutif. – 2023.
76 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2023.
Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Intuições. 3. Experimentos de Pensamento. 4. Filosofia Analítica. Soutif, Ludovic. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

*Para minha mãe.
Graças a ela, pude descobrir quem eu sou.*

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço também à FAPERJ por ter me concedido uma bolsa nota 10 durante um semestre do meu mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Ludovic Soutif, por ter me ajudado em diversas oportunidades ao longo desse projeto.

Agradeço aos membros da banca, professora Célia Cristina Patricio Teixeira, professor Filipe Herkenhoff Carijó, professor Miguel Egler e professor André Nascimento Pontes, pela ajuda com o projeto e com a dissertação.

Agradeço à minha mãe, que me ajudou a descobrir quem eu sou e me amou como ninguém nesse mundo. Tenho muito orgulho de quem você é e sei que você tem muito orgulho de quem eu sou.

Agradeço aos meus amigos que conheci nas universidades. Obrigado Ariel Manela e Matheus Baliú por terem me recebido com muito carinho e me ajudado sempre que foi possível. Obrigado Marcelo Capello por me aturar mesmo sendo chato e sempre lembrar de mim. Obrigado Lia Weltman, Maria Antônia, Maya Madalena e Joaquim Torres por serem lindos. Obrigado Maria Clara pelas conversas no corredor, pelos lanches e por me dever um bolo. Obrigado Renata Pinheiro pela ajuda com o inglês e pelos momentos de desabafo. Obrigado Giovanna Mello por ter tentando compreender quem eu sou, apesar de sermos tão diferentes. Obrigado Luisa Luze e Rosi Morokawa por terem me dado todo apoio naquele dia do evento. Amei conhecer vocês. Obrigado Laís Brito (Brila) por ter me apoiado quando eu estava desabando por causa da depressão, você foi uma das únicas pessoas que estavam comigo quando ninguém mais estava. Agradeço também à Renata Augusto, ao Tiago Carneiro e à professora Célia Teixeira pelas discussões sobre a priori às sextas-feiras.

Agradeço aos meus amigos da internet. Obrigado Leo Arruda, André Luiz, Daniel Coimbra e Fernando Moreno por terem oferecido toda a ajuda que podiam para mim e para a Selva. Sem vocês, seria impossível eu ter terminado essa

dissertação, e talvez sequer estivesse casado nesses dois anos. Agradeço também a todos os apoiadores do Filosofia Acadêmica.

Agradeço também ao Vinicius Rodrigues, ao Breno Emanuel, ao Prof. Oswaldo Chateaubriand, ao Prof. Giovanni Rolla, ao Tiago Carneiro, ao Marcelo Capello, ao Matheus Baliú e à minha esposa, Selva Varotto, por terem me auxiliado na escrita dessa dissertação criticando meus textos e apresentações em eventos.

Agradeço aos meus gatos pelo apoio psicológico que prestaram. Obrigado Linguíça, Chimia, Rajadinho, Laranjinha e Branquinho. Sem vocês, eu não teria a motivação que tive ao longo desses últimos anos.

Agradeço também à Clara Rodrigues, por ser minha melhor amiga há mais de 10 anos.

Agradeço à minha esposa, Selva Varotto, por ter me ajudado a ser alguém melhor a cada dia e ter me ajudado a escrever a dissertação. Quero passar o resto da minha vida com você. Te amo infinito.

Resumo

da Silva, Elan Moises Marinho; Soutif, Ludovic. **Intuições na filosofia analítica contemporânea**. Rio de Janeiro, 2023. 76 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na filosofia analítica, os filósofos utilizaram por diversas vezes a palavra “intuição”. Ao estar diante de alegações como “uma coisa é idêntica a si mesma” e “o bem não é o mal”, um filósofo analítico provavelmente diz que elas parecem ser o caso, que são óbvias como ver a verdade diante de si, mas sem usar os olhos. Isto é, não parecemos usar de maneira relevante a percepção, o raciocínio ou a memória para obter conhecimento sobre tais alegações. Parece que usamos algo além. Diante disso, diversos filósofos analíticos optaram por dizer que obtemos conhecimento de tais fatos por meio da intuição. Mais recentemente, filósofos analíticos investigaram o que são intuições, se são confiáveis e se realmente possuem papel na atividade filosófica. Nesta dissertação, avalio o debate desses filósofos em busca de uma resposta para tais problemas, estruturando seus argumentos, esclarecendo suas evidências e as confrontando. Diante disso, chego a uma conclusão autoral quanto a tais problemas, fornecendo contribuições para trabalhos futuros sobre o tema.

Palavras-chave

Intuições; Experimentos de Pensamento; Filosofia Analítica.

Abstract

da Silva, Elan Moises Marinho; Soutif, Ludovic (Advisor).
Intuitions in contemporary analytic philosophy. Rio de Janeiro,
2023. 76 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In analytic philosophy, philosophers have used the word “intuition” several times. Faced with claims like “A thing is identical with itself” and “Good is not evil,” an analytic philosopher is likely to say that they seem to be the case, that they are obvious as seeing the truth in front of you, but without use your eyes. That is, we do not seem to make relevant use of perception, reasoning, or memory to get knowledge about such claims. Looks like we used something else. Given this, several analytic philosophers have chosen to say that we get knowledge of such facts through intuition. More recently, analytic philosophers have investigated what intuitions are, whether they are reliable, and whether they actually play a role in philosophical activity. In this dissertation, I evaluate the debate of these philosophers in search of an answer to such problems, structuring their arguments, clarifying their evidence and confronting them. Therefore, I reach an authorial conclusion regarding such problems, providing contributions for future work on the subject.

Keywords

Intuitions; Thought Experiments; Analytic Philosophy.

Sumário

Introdução.....	13
1.	
Intuições: o que está em jogo?.....	14
1.1	
Uso de intuições na filosofia analítica.....	14
1.1.1	
Gerando intuições a partir de alegações.....	15
1.1.2	
Gerando intuições a partir da pergunta-teste.....	18
1.1.3	
Gerando intuições a partir de experimentos de pensamento.....	18
1.2	
Discussão sobre intuições.....	23
1.2.1	
Problemas de natureza.....	24
1.2.2	
Problemas de confiança.....	25
1.2.3	
Problemas de papel.....	27
1.3	
Considerações finais.....	29
2.	
O que são intuições.....	32
2.1	
Situando uma imagem inicial.....	32
2.2	
O que intuições não são.....	36
2.3	
Intuições como experiências vs. intuições como inclinações.....	39
2.4	
Concepções leves e robustas de intuição.....	42
2.5	
Uma caracterização de intuições.....	44
2.6	
Considerações finais.....	47
3.	
Desafios contra intuições.....	50
3.1	
Desafio da Atipicidade.....	50
3.1.1	
Contexto do Desafio da Atipicidade.....	51
3.1.2	
Argumento por analogia para o Desafio da Atipicidade.....	52

3.1.3	
Respostas ao desafio como proposto por Rolla.....	54
3.1.3.1	
Primeira resposta: dos elementos abstratos para os elementos ficcionais....	55
3.1.3.2	
Segunda Resposta: aprender a intuir melhor sobre cenários atípicos.....	57
3.2	
Desafio Restricionista.....	59
3.2.1	
Contexto do Desafio Restricionista.....	60
3.2.2	
Duas respostas ao Desafio Restricionista.....	62
3.3	
Desafio da Conexão.....	64
3.3.1	
Resposta ao Desafio da Conexão.....	64
3.3.2	
Avaliando a abordagem etiológica de Jenkins.....	66
3.4	
Considerações finais.....	68
Conclusão.....	71
Referências Bibliográficas.....	72

Lista de Figuras

Figura 1 - Caças camuflados.....	17
Figura 2 - Meme do Dilema do Bonde.....	20
Figura 3 - Esquema da categorização dos problemas filosóficos sobre intuições na filosofia analítica contemporânea.....	23
Figura 4 - Ilusão de Müller-Lyer.....	63
Figura 5 - Um esquema da abordagem etiológica de Jenkins.....	65

Intuições sem conceitos são cegas

Immanuel Kant

Introdução

Ao longo de muitos anos, filósofos investigaram a natureza das intuições. Entretanto, foi só recentemente que filósofos analíticos começaram a levar o tema das intuições como um dos tópicos centrais da metafilosofia. Nesse debate, os filósofos analíticos utilizaram ferramentas novas como a evidência empírica produzida pelas ciências sociais e cognitivas. Como se não fosse o suficiente, os filósofos analíticos também começaram eles mesmos a fazer experimentos. Em contrapartida, filósofos analíticos também começaram a questionar a validade dessas evidências empíricas e desses experimentos. Isso criou um debate amplamente rico e interdisciplinar sobre intuições na filosofia analítica. Esta dissertação é, até agora, minha maior contribuição para esse debate.

Essa dissertação é dividida em três capítulos e vários subcapítulos. No capítulo 1, meu objetivo é mostrar o que está em jogo na filosofia analítica contemporânea quando se fala de “intuições” — seja no uso de intuições ou seja na própria discussão sobre intuições. No capítulo 2, meu objetivo é fazer uma boa caracterização de intuições a partir de uma lista de critérios. No capítulo 3, meu objetivo é responder a três desafios contra confiança em intuições.

1.

Intuições: o que está em jogo?¹

Neste capítulo, meu objetivo é mostrar o que está em jogo na filosofia analítica contemporânea quando se fala de “intuições” — seja no uso de intuições ou seja na discussão sobre intuições. Em 1.1, meu objetivo é deixar claro o que está em jogo sobre o uso de intuições. Para isso, defendo que avaliação de alegações, pergunta-teste e experimentos de pensamento são três possíveis maneiras de gerar intuições (embora não sejam as únicas) e que cada maneira nos ensina lições sobre a natureza e o uso de intuições na filosofia analítica contemporânea. Em 1.2, meu objetivo é deixar claro o que está em jogo na própria discussão sobre intuições. Para isso, eu divido os problemas sobre natureza, sobre a confiança e sobre os papéis das intuições em categorias e subcategorias. Em 1.3, faço minhas considerações finais do capítulo.

1.1

Uso de intuições na filosofia analítica

Existe uma imagem popular de que filósofos vivem sentados refletindo sobre suas questões e problemas. Assim, filósofos não fariam como os cientistas que testam suas hipóteses à luz de evidências coletadas em laboratório e nem fariam trabalhos de campo. Pelo contrário, filósofos fariam “filosofia da poltrona” (*armchair philosophy*). Essa imagem não é de todo errada. Dificilmente, filósofos fazem trabalhos experimentais ou trabalhos de campo. A partir disso, surge a pergunta: como os filósofos conseguem produzir resultados significativos “da poltrona”? Uma das palavras-chave para responder a isso é: “intuição”.

Na filosofia analítica contemporânea, as intuições têm papel em vários métodos/ferramentas de produção filosófica². Não que o uso de intuições seja

¹Agradeço ao Breno Emmanuel por ter me auxiliado com uma das primeiras versões deste capítulo.

²Não estou dizendo aqui que o uso de intuições seja o que caracteriza a filosofia analítica contemporânea, e nem que seja sua prática central de uso de evidências. Logo, pelo menos nesse sentido, minha tese é indiferente à objeção de descaracterização (*mischaracterization objection*) de

exclusivo à filosofia analítica ou invenção da filosofia analítica. Na verdade, é bem provável que muitos filósofos influentes de dezenas de séculos atrás tenham utilizado intuições para produzir filosofia. Um exemplo clássico é o de Platão, que costumava produzir filosofia de maneira muito semelhante à imagem do uso de intuições pela filosofia analítica contemporânea³. Platão (assim como Zenão, Agostinho, Descartes, Aquino, Locke, Hume e muitos outros filósofos clássicos) parecia gerar intuições por meio de contraexemplos, questões e/ou experimentos de pensamento. Além disso, segundo De Smedt & De Cruz (2015, p. 236), teorias sobre como intuições (ou algo parecido) surgem estavam presentes na “*anamnesis*” em Platão, no “*noûs*” em Aristóteles e nas “ideias inatas” na tradição racionalista. De certa forma, tudo isso indica que a relevância das intuições na prática filosófica não é exclusividade da filosofia analítica⁴.

Ainda assim, meu foco aqui é em como a tradição analítica utiliza intuições para produzir resultados significativos. Para deixar mais claro o que são essas tais intuições, quero descrever três ferramentas/métodos da filosofia analítica: avaliação de alegações, pergunta-teste e experimentos de pensamento. A descrição do uso de cada ferramenta nos ajuda a entender o que está em jogo quando se fala de intuições — e o que não está em jogo.

1.1.1

Gerando intuições a partir de alegações

A primeira maneira de gerar intuições na filosofia analítica é por meio de alegações⁵. Pense nas seguintes alegações:

- “ $A = A$ ”

Deutsch (2015) e Cappelen (2012) que alega que o uso de intuições como evidência não é central na filosofia analítica contemporânea.

³A tese de que intuições são utilizadas em Platão é indicada por Buckwalter & Stich (2013), e defendida mais detalhadamente por Jenkins (2014).

⁴Até que ponto esses usos históricos estão próximos ou distantes do uso atual da filosofia analítica é uma questão a se pensar, mas está para além do escopo desta dissertação.

⁵Essa é uma maneira de gerar intuições também descrita por Pust (2012, §1). Os exemplos que Pust cita são “If not-not-p, then p”, “Torturing a sentient being for fun is wrong”, “It is impossible for a square to have five sides” e “A person would survive having their brain transplanted into a new body”. Entretanto, tentei usar exemplos mais diversos e que pareciam exigir menos bagagem do leitor.

- “ $2 + 2 = 4$ ”
- “todo círculo não pode ter lados”
- “todo triângulo tem três lados”
- “nada pode ser totalmente amarelo e totalmente roxo ao mesmo tempo”
- “é impossível um triângulo ter quatro lados”
- “se está chovendo, então está chovendo”
- “se não está chovendo, então não está chovendo”
- “é possível chover hoje”
- “é possível não chover hoje”
- “o mal não é o bem”
- “uma pessoa é idêntica a si mesma”
- “toda cadeira ocupa um lugar no espaço”
- “gatos são animais”
- “maçãs são frutas”
- “maçãs são maçãs”
- “Aristóteles é Aristóteles”
- “é errado torturar uma pessoa só por prazer”

Quando uma pessoa compreende essas alegações, elas parecem ser o caso. É comum na filosofia analítica a analogia entre intuição e percepção visual. Nesse sentido, é como se “víssemos” que essas alegações são verdadeiras, mas não com os olhos. É como se existisse um “olho da mente” que vê que tais alegações são verdadeiras. Qualquer um que está diante de uma maçã vermelha (sob boas condições) percebe que ela é vermelha. Da mesma forma, qualquer um que pense sobre se maçãs são maçãs (sob boas condições) intui que maçãs são maçãs. Ou seja, seria tão óbvio que maçãs são maçãs quanto que a maçã que está na minha frente é vermelha.

Figura 1 - Caças camuflados



Fonte: Centeno (2022)

Inclusive, essa analogia entre percepção visual e intuição é esclarecedora para entendermos casos menos claros de intuição. Inicialmente, talvez seja difícil intuir que toda cadeira ocupa um lugar no espaço. Talvez isso exija parar para pensar nos conceitos envolvidos ali e sobre como eles estão articulados, para então surgir a intuição de que toda cadeira ocupa um lugar no espaço. Esse processo de entender é parecido com o de tentar identificar um objeto camuflado no ambiente. Podemos demorar para identificar o objeto na imagem, mas uma vez entendendo o que está em jogo, a percepção do objeto vem de maneira espontânea — como pode ocorrer com a Figura 1 em que os caças estão camuflados. De forma similar, podemos demorar para entender o que a alegação está expressando, mas uma vez entendendo o que está em jogo, a intuição de que toda cadeira ocupa um lugar no espaço vem de maneira espontânea.

1.1.2

Gerando intuições a partir da pergunta-teste

A segunda maneira de gerar intuições na filosofia analítica é através da pergunta-teste de Kripke (1980, p. 36). A pergunta-teste serve para avaliar se um fato é necessário ou contingente. Pensemos, por exemplo, no fato de que gatos são gatos. Fazemos a pergunta-teste: “poderia ser diferente?”. Isto é, gatos poderiam não ser gatos? A resposta parece ser: “não”. Logo, que gatos são gatos é um fato necessário. Agora pensemos no fato de que está chovendo lá fora. Fazemos a pergunta-teste: “poderia ser diferente”? Isto é, poderia não estar chovendo lá fora? A resposta parece ser: “sim”. Logo, que está chovendo lá fora é um fato contingente. Dessa forma, temos a intuição de que é impossível que gatos não sejam gatos. E temos a intuição de que é possível que não estivesse chovendo lá fora. Essas intuições nos ajudam a identificar se um fato é necessário ou contingente.

É claro que, para entender essas perguntas, a pessoa pode refletir um pouco, da mesma forma que pode olhar para um gato, desenhá-lo no papel, escrever uma frase ou olhar a chuva pela janela. Isso tudo pode ajudar a entender a pergunta e, conseqüentemente, a produzir a intuição. Só que esses fatores parecem ser só auxiliares. Eles não são a própria intuição, mas apenas ajudam a gerá-la. Afinal, em outros casos a intuição parece surgir de maneira espontânea, sem a necessidade desses auxílios.⁶

1.1.3

Gerando intuições a partir de experimentos de pensamento

A terceira maneira de gerar intuições na filosofia analítica é por meio de experimentos de pensamento, isto é, casos hipotéticos que são usados para defender ou atacar uma tese/teoria. É difícil pensar em uma área da filosofia que não utilize experimentos de pensamento. Em epistemologia, existem os Casos

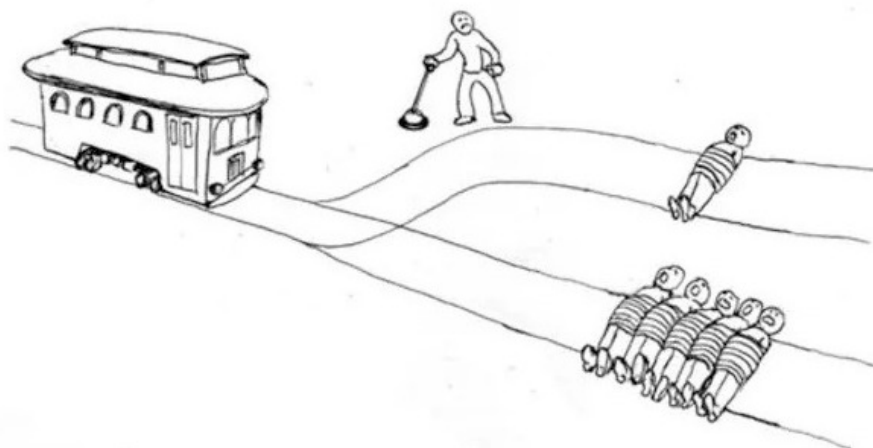
⁶Tudo isso é discutível, mas entro em detalhe sobre a diferença entre intuição e outras fontes de evidência no capítulo 2.

Gettier, que ficaram famosos por Gettier (1963). Em ética, existe o Dilema do Bonde, que ficou famoso por Foot (1967) (e que também é um dos mais famosos de todos), e também o Caso do Transplante, que ficou famoso por Thomson (1976). Em filosofia da linguagem, existe o Caso Gödel que ficou famoso por Kripke (1980). Em filosofia da mente, existe o Quarto de Mary, que ficou famoso por Jackson (1986). Neste momento, quero descrever uma versão adaptada de cada um deles, porque acredito que isso deixará ainda mais claro como intuições podem ser usadas.

Em epistemologia, Gettier (1963) propôs dois experimentos de pensamento sobre o conhecimento. Depois disso, vários filósofos propuseram experimentos semelhantes, modificando elementos do caso, que ficaram conhecidos pelo nome “Casos Gettier”. Descrevendo uma versão adaptada, imagine que Capello está em uma montanha e avista o que parece ser muito uma ovelha. Diante disso, Capello acredita que há uma ovelha na montanha. Entretanto, o que parecia ser uma ovelha era um poodle com uma anomalia genética que o fazia parecer muito uma ovelha. Só que a crença de Capello não era falsa, porque nessa mesma montanha em um buraco havia uma ovelha fora da vista de Capello. Nessa situação, Capello tem conhecimento de que há uma ovelha na montanha? Sim ou não?

A resposta padrão é: não. Isto é, esse caso gera a intuição de que Capello não teria conhecimento nessa situação. Essa intuição é relevante para os filósofos, porque ela contraria a definição clássica de conhecimento. Essa definição diz que: se uma pessoa tem uma crença verdadeira justificada de que P, então tem conhecimento de que P. Nessa situação, Capello tem a crença verdadeira justificada de que há uma ovelha na montanha, porque ele acredita que há uma ovelha na montanha, há uma ovelha na montanha e ele tem uma boa razão para crer nisso. Seguindo a definição clássica, isso seria o suficiente para Capello ter conhecimento. Em outras palavras, essa definição implica que a resposta seria: “sim”. Em contrapartida, a intuição gerada nos diz: “não”. Logo, essa intuição contraria a definição clássica de conhecimento.

Figura 2 - Meme do Dilema do Bonde



Fonte: Site Know Your Meme (2017)⁷

Em ética, Foot (1967) propôs um experimento de pensamento que ficou conhecido pelo nome “Dilema do Bonde”. Provavelmente, esse é um dos experimentos de pensamento mais famosos do mundo, porque virou um meme da internet, como pode ser visto na Figura 2. Descrevendo uma versão adaptada, imagine que um bonde está vindo em alta velocidade, mas se ele continuar pelo mesmo caminho ele vai atropelar cinco pessoas amarradas aos trilhos. André está próximo a uma alavanca que pode mudar o caminho do bonde. Se acionar essa alavanca, o bonde mudará o caminho, deixará de atropelar as cinco pessoas, mas vai atropelar apenas uma pessoa que está amarrada aos trilhos do outro lado. Não há tempo hábil para opções como desamarrar as pessoas dos trilhos ou frear o bonde. Nessa situação, é moralmente permissível que André acione a alavanca?

A resposta padrão é: sim. Isto é, esse caso gera a intuição de que seria moralmente permissível acionar a alavanca nessa situação. Essa intuição é relevante para os filósofos porque corrobora uma das versões da teoria utilitarista, em que uma ação é moralmente permissível se e somente se maximiza o bem estar. Nessa situação, a ação que maximizaria o bem estar seria acionar a alavanca. Em outras palavras, essa teoria implica que, em uma situação assim, a resposta seria: “sim”. Na mesma direção, a intuição nos diz: “sim”. Logo, essa intuição corrobora essa teoria utilitarista.

⁷The Trolley Problem. **Know Your Meme**. Disponível em: <
<https://knowyourmeme.com/memes/the-trolley-problem>>. Acesso em: 19/03/2023.

Também em ética, Thomson (1976) propôs um experimento de pensamento que ficou conhecido pelo nome “Caso do Transplante”. Descrevendo uma versão adaptada, chegam cinco pacientes no hospital, cada um precisando de um órgão diferente. Se não receberem transplante rapidamente, morrerão. Só que não há órgãos disponíveis em estoque para eles. Apesar disso, nesse hospital, há um paciente internado que é um doador de órgãos e que, se morresse, seus órgãos seriam imediatamente doados para esses cinco pacientes que precisam. Nessa situação, é moralmente permissível que o médico tire a vida do doador para salvar a vida das cinco pessoas?

A resposta padrão é: não. Isto é, esse caso gera a intuição de que *não* seria moralmente permissível que o médico tirasse a vida do doador para salvar a vida das cinco pessoas nessa situação. Essa intuição é relevante para os filósofos porque contraria uma das versões da teoria utilitarista (que citei acima), em que uma ação é moralmente permissível se e somente se maximiza o bem estar. Nessa situação, a ação que maximizaria o bem estar seria a de tirar uma vida para salvar cinco. Em outras palavras, essa teoria implica que, em uma situação assim, a resposta seria: “sim”. Em contrapartida, a intuição nos diz: “não”. Logo, essa intuição contraria essa teoria utilitarista.

Um ponto interessante deve ser comentado em relação ao Dilema do Bonde e ao Caso do Transplante. Enquanto a intuição do Dilema do Bonde corrobora essa teoria utilitarista, a intuição do Caso do Transplante contraria essa teoria. O filósofo tem algumas opções nesse caso. Ele pode ignorar as duas intuições — e trabalhar com argumentos ou outros tipos de evidência. Ele pode dizer que uma das intuições é uma boa evidência, mas a outra não. Por exemplo, o utilitarista pode dizer que a intuição do Dilema do Bonde é uma boa evidência, mas que a intuição do Caso do Transplante é uma má evidência (por estar enviesada ou porque as pessoas não entenderam o cenário corretamente). Por fim, ele também pode dizer que ambas as intuições são boas evidências, e tentar construir uma teoria que dê conta dessas duas intuições.

Em filosofia da linguagem, Kripke (1980) propôs um experimento de pensamento sobre a referência dos nomes próprios, que ficou conhecido pelo nome “Caso Gödel”. Descrevendo uma versão adaptada, imagine que Baliú é um estudante do ensino médio do Brasil. Na escola, ele foi ensinado que Maria Gödel foi a inventora da câmera digital. Assim como todos os seus colegas de turma,

isso foi a única coisa que ele ouviu falar sobre ela. Só que ela não inventou a câmera digital. Ela roubou a invenção de um dos seus alunos e ficou famosa por ter inventado a câmera digital. Todas as pessoas são como o Baliú: a única coisa que ouviram falar sobre Maria Gödel é que ela foi a inventora da câmera digital. Nessa situação, quando Baliú usa o nome “Maria Gödel”, ele está se referindo à pessoa que inventou a câmera digital? Sim ou não?

A resposta padrão é: não. Isto é, esse caso gera a intuição de que: quando Baliú usa o nome “Maria Gödel” nessa situação, ele *não* está se referindo à pessoa que realmente inventou a câmera digital. Uma das versões da teoria descritivista dos nomes próprios implica que, em um caso assim, Baliú estaria se referindo pelo nome “Maria Gödel” à pessoa, seja quem for, que inventou a câmera digital. Afinal, a única descrição que Baliú associa ao nome “Maria Gödel” é “a pessoa que inventou a câmera digital”. Em contrapartida, a intuição gerada é: Baliú *não* está se referindo à pessoa que inventou a câmera digital. Logo, essa intuição contraria essa teoria descritivista dos nomes próprios.

Em filosofia da mente, Jackson (1986) propôs um experimento de pensamento que ficou conhecido pelo nome “Quarto de Mary”. Descrevendo uma versão adaptada, Mary está fechada em um quarto onde só se alimenta de pílulas com água que lhe fornecem tudo que é necessário para viver de maneira saudável. Através de muitos livros, ela aprende todos os fatos físicos sobre nós e o ambiente, incluindo conhecimento em física, química e neurofisiologia, os fatos causais resultantes disso e os papéis funcionais. Um dia, Mary sai do quarto e come um bolo de morango. Nessa situação, ao comer o bolo, ela adquiriu um novo conhecimento?

A resposta padrão é: sim. Isto é, esse caso gera a intuição de que Mary adquiriria um novo conhecimento ao comer o bolo nessa situação. Essa intuição é relevante para os filósofos, porque contraria uma das versões da uma teoria fisicalista. Essa teoria diz que, se uma pessoa conhecer tudo que é expresso (ou que poderia ser expresso) em linguagem física, ela conhece tudo que há para conhecer. Em outras palavras, essa teoria fisicalista implica que a resposta seria: “não”. Em contrapartida, a intuição nos diz: “sim”. Logo, essa intuição contraria essa teoria fisicalista.

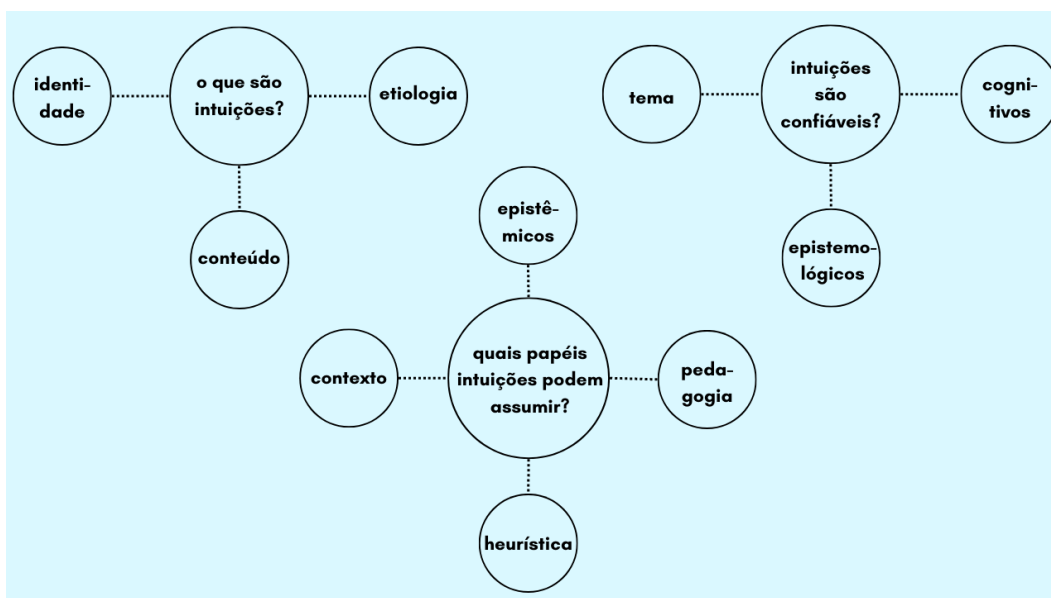
Um ponto interessante deve ser comentado em relação ao Quarto de Mary e ao Caso Gödel. No Quarto de Mary, enquanto a intuição gerada contraria essa

teoria fiscalista, ela corrobora outras teorias. Um dualista, por exemplo, provavelmente defenderia que a resposta seria de que sim, que naquela situação Mary adquiriu um novo conhecimento. Logo, a intuição iria corroborar sua teoria. No Caso Gödel, enquanto a intuição gerada contraria uma teoria descritivista, ela corrobora outras teorias. A teoria causal da referência de Kripke, por exemplo, defende que a resposta seria de que não, que naquela situação quando Baliú usa o nome “Maria Gödel” ele não está se referindo à pessoa que realmente inventou a câmera digital. Logo, a intuição corrobora a própria teoria do Kripke. Dessa maneira, uma mesma intuição sempre está corroborando alguma possível teoria e contrariando outra possível teoria, porque a intuição sempre está favorável a algumas possíveis expectativas e contrária a outras possíveis expectativas.

1.2

Discussão sobre intuições

Figura 3 - Esquema da categorização dos problemas filosóficos sobre intuições na filosofia analítica contemporânea



Fonte: Própria (2023)

Com relação à própria discussão sobre intuições na filosofia analítica, penso que é necessário fazer uma categorização dos tipos de problemas que os

filósofos analíticos contemporâneos podem enfrentar. Isso se faz necessário, porque os textos sobre essas discussões tratam de muitos problemas ao mesmo tempo e, embora esse tratamento possa ser legítimo, ele pode nos levar a confundir um problema com outro. Não quero, com essa categorização, corresponder à frequência com a qual esses problemas são tratados, até porque isso exigiria uma pesquisa quantitativa. Meu objetivo é separá-los para evitar confusões. Diante disso, existem três categorias de problemas filosóficos sobre intuições: os problemas de natureza; os problemas de confiança; e os problemas de papel. Cada uma dessas categorias possuem subcategorias de problemas. Na Figura 3, há um esquema simplificado da minha categorização dos problemas sobre intuições da filosofia analítica contemporânea.

1.2.1

Problemas de natureza

Os problemas de natureza dizem respeito à natureza das intuições, isto é, a sobre como elas são definidas ou caracterizadas. O problema central nessa categoria é “o que são intuições?”. Em volta desse problema central, giram três subcategorias de problemas: os problemas de identidade, os problemas de conteúdo e os problemas de etiologia.

Os problemas de identidade são questões como “intuições são um tipo de crença?”, “intuições são um tipo de experiência episódica?”, “intuições são um tipo de inclinação a crer?”, dentro outros. Filósofos como Gopnik & Schwitzgebel (1998), Devitt (2006), Kornblith (1998) e Lewis (1983) defendem que intuições são crenças. Já Bealer (1998), Pust (2000) e Huemer (2001, 2005) defendem que intuições são experiências episódicas (ou, pelo menos, que se uma pessoa intui que P, então para ela parece que P). Earlenbaugh & Molyneux (2009) discordam, e defendem que temos intuições inclusive quando não estamos tendo essa experiência (quando estamos dormindo, por exemplo). Earlenbaugh & Molyneux (2009) defendem que intuições são um tipo de inclinação a crer que P.⁸

⁸Esses problemas são tratados no capítulo 2.

Os problemas de conteúdo são questões como “é possível intuir objetos?”, “é possível intuir propriedades?”, “é possível intuir proposições?”, dentre outros. Existem poucos filósofos analíticos que tratam desses problemas. Em geral, se assume que conseguimos intuir proposições, mas não se discute a possibilidade de intuir objetos, propriedades ou outras coisas. Essas questões são tratadas bem brevemente por Pust (2012, §1.4). Ainda assim, pode ser que essas questões tenham sido tratadas por filósofos que não usaram explicitamente a noção de “intuição” — como Russell (1912) ao falar sobre conhecimento “*by acquaintance*” de universais. Aliás, muitas vezes filósofos analíticos falam em “conceber”. Então, por exemplo, não conseguimos imaginar bilhões de estrelas (no sentido de gerar uma imagem mental minimamente precisa disso), mas conseguimos conceber isso mentalmente⁹. Penso que talvez a palavra “intuir” pudesse ser utilizada no lugar de “conceber”.

Os problemas de etiologia são questões como “intuições dependem de competência conceitual para serem produzidas?”, “intuições dependem de entendimento para serem produzidas?”, “intuições dependem de experiência para serem produzidas?”, dentre outros. Esses problemas são sobre o “mecanismo” das intuições, a sua origem e sobre como elas funcionam. Existem filósofos que tratam sobre essas questões de maneira empírica, como Nagel (2012) e De Smedt & De Cruz (2015). Eles tratam dessas questões tomando como pano de fundo teorias psicológicas sobre intuição. Além disso, existem filósofos que tratam sobre essas questões de maneira menos empírica, como Jenkins (2014), Bealer (1998) e Ludwig (2007). Jenkins (2014) defende que algumas intuições dependem da experiência e da competência conceitual para serem produzidas. Bealer (1998) e Ludwig (2007) também sugerem a existência de um mecanismo baseado em conceitos.

1.2.2

Problemas de confiança

⁹Agradeço à minha esposa, Selva Varotto, por ter me sugerido esse exemplo.

Os problemas de confiança dizem respeito a até que ponto podemos confiar em intuições¹⁰. Estou tomando a palavra “confiança” em um sentido bastante abrangente (sem comprometimento com teorias internalistas ou externalistas da justificação por exemplo). Com “confiável” quero dizer “ajudar em algum tipo de sucesso cognitivo”. Nesse sentido, o problema central dessa categoria é: “intuições são confiáveis?”. Em volta desse problema central, giram três subcategorias de problemas: os problemas de tema, os problemas epistemológicos e os problemas cognitivos.

Os problemas de tema podem ser questões como “intuições metafísicas são confiáveis?”, “intuições éticas são confiáveis?”, “intuições sobre casos atípicos são confiáveis?”, “intuições sobre comportamento humano são confiáveis”, dentre outras. Benovsky (2013) defende que intuições metafísicas não são confiáveis. Essas intuições são, por exemplo, intuições sobre teses metafísicas envolvendo identidade de objetos ou sobre o que é o tempo. Nagel (2012) defende que intuições epistêmicas são confiáveis. Os Casos Gettier, por exemplo, geram a intuição epistêmica de que o indivíduo hipotético naquela situação não tem conhecimento. Rolla (2021) defende que intuições sobre casos atípicos não são confiáveis. Segundo Rolla (2021, p. 21), intuições sobre cenários atípicos seriam, por exemplo, intuições sobre cenários envolvendo anjos e casos de clarividência. Zizzo (2004) defende que intuições sobre comportamento humano não são confiáveis (por exemplo, que em uma situação S eu tomaria a decisão D).

Os problemas epistemológicos são questões como “intuições conferem justificação a crenças?”, “intuições são evidências?”, “intuições são garantia?”, “intuições são infalíveis?”, dentre outras. Essas questões são bem mais gerais que as da categoria anterior, já que não focam em apenas uma gama de intuições. Bealer (1998) e Sosa (2008), por exemplo, defendem que intuições conferem justificação a crenças, mas que não são infalíveis. Jenkins (2014) defende que pelo menos algumas intuições são confiáveis. Earlenbaugh & Molyneux (2009) defendem que intuições não são um bom tipo de evidência.

Os problemas cognitivos são questões como “intuições são influenciadas por vieses?”, “intuições são influenciadas por crenças?”, “intuições são influenciadas por memórias?”, “intuições são influenciadas pelo temperamento?”,

¹⁰Esses problemas são tratados no capítulo 3.

“intuições podem ser melhoradas?”, dentre outras. Por conta da filosofia experimental, existem muitos trabalhos envolvendo questões como essas nos últimos anos. Em linhas gerais, a filosofia experimental consiste no uso de ferramentas experimentais relacionadas às “ciências sociais” (tomando um sentido bem geral do termo) para investigar as pessoas possuem a “resposta padrão” para os experimentos de pensamento filosóficos. Swain, Alexander & Weinberg (2008) discutem evidências experimentais de que intuições são instáveis para um mesmo indivíduo. Weinberg, Nichols & Stich (2001) discutem a possibilidade de intuições serem influenciadas por etnia. Schulz, Cokely & Feltz (2011) discutem evidência experimental de que o temperamento da pessoa no momento em que lê o experimento de pensamento afeta a intuição. Tobia, Buckwalter & Stich (2013) discutem evidência experimental de que a presença de um observador pode afetar as intuições do filósofo treinado. Buckwalter & Stich (2013) e Starmans & Friedman (2009) defendem uma evidência experimental de que intuições de Casos Gettier são influenciadas pelo gênero do leitor; já Nagel, San Juan & Mar (2013) e Seyedsayamdost (2015) contestam essa evidência de influência por gênero com base em falhas de replicação de resultados.

1.2.3

Problemas de papel

Os problemas de papel dizem respeito a quais papéis intuições podem assumir. O ponto aí não é se intuições *podem* em sentido “lógico” ou “metafísico” assumir um papel, mas sim se *é adequado* que elas assumam o papel dadas as suas características. Então, por exemplo, mesmo que intuições não sejam evidência, elas poderiam (em sentido amplo) assumir o papel de evidência. Só que não seria adequado que elas assumissem esse papel. E, entendendo “ser possível” como “ser adequado”, elas não poderiam assumir o papel de evidência. Nesse sentido, o problema central dessa categoria é: “quais papéis intuições podem assumir?”. Em volta desse problema central, giram pelo menos quatro subcategorias de problemas: problemas epistêmicos, problemas de contexto, problemas de heurística e problemas de pedagogia.

Os problemas epistêmicos são questões como “intuições podem ter papel epistêmico?”, “intuições podem ser utilizadas como justificação?”, “intuições podem ser utilizadas como evidência?”, “intuições podem ser utilizadas como prova?”, dentre outras. Sosa (2008), Bealer (1998) e Nagel (2012) defendem que intuições podem ser utilizadas como justificação na filosofia. Em contrapartida, Earlenbaugh & Molyneux (2009) defendem que intuições não deveriam ser utilizadas como evidência na filosofia. Embora essa subcategoria pareça a subcategoria dos problemas epistemológicos (que está na categoria dos problemas de confiança), elas têm diferenças. Mesmo que, por exemplo, intuições sejam evidência, isso não significa que elas podem ser utilizadas como evidência. Essas teses costumam vir juntas, mas à princípio é possível defender uma sem defender a outra. Por exemplo, um filósofo pode defender que mesmo que intuições sejam evidência, elas não poderiam ter o papel de evidência na filosofia porque existem evidências bem melhores para se utilizar.

Os problemas de contexto são questões como “intuições podem ter papel na filosofia?”, “as intuições podem ter papel na física?”, “intuições podem ter papel na matemática?”, “intuições podem ter papel na tomada de decisão?”, dentre outras. De Smedt & De Cruz (2015) defendem o papel das intuições na literatura de ficção e na filosofia. Rowbottom (2014) relaciona o papel das intuições na física, matemática ao papel das intuições na filosofia.

Os problemas de heurística são questões como “intuições podem ter papel heurístico?”, “intuições podem tornar uma proposição mais convincente?”, “intuições podem tornar uma proposição menos convincente?”. Earlenbaugh & Molyneux (2009) e Nagel (2012) defendem que intuições possuem forte papel de tornar proposições e teorias convincentes.

Os problemas pedagógicos são problemas como “intuições podem ter papel educacional?”, “intuições podem ser utilizadas para o ensino e aprendizagem de filosofia?”, “intuições podem ser utilizadas para o ensino e aprendizagem de ciências?”, dentre outras. Existem pouquíssimos trabalhos que tratam diretamente sobre essas questões. Entretanto, existem trabalhos sobre o papel educacional dos experimentos de pensamento na ciência que podem ajudar a direcionar essa discussão — como os de Helm & Gilbert (1985), Helm, Gilbert & Watts (1985), Klassen (2006), e Sriraman (2006).

Para cada uma dessas questões de possibilidade, existe uma questão de atualidade. Por exemplo, “intuições *podem ser* evidência na filosofia?” tem a sua correspondente “intuições *são* evidência na filosofia?”. Cappelen (2012) e Deutsch (2015) não são só céticos sobre a *possibilidade* de utilizar intuições na filosofia (ou seja, se seria adequado utilizá-las), mas também sobre elas serem *realmente* utilizadas. Para esses autores, mesmo que os filósofos analíticos pensem que utilizam intuições como evidência, eles não utilizam. Na prática, intuições não seriam relevantes na prática filosófica, mas sim argumentos.

1.3

Considerações finais

Diante disso, esclareci o que está em jogo quando falamos de intuições na filosofia analítica contemporânea — seja sobre o uso de intuições ou sobre a discussão sobre intuições.

Em 1.2, quanto ao uso de intuições, defendi três pontos. Primeiro, defendi que é possível gerar intuições por meio de alegações e que essa prática nos mostra que a percepção visual é semelhante à intuição. Segundo, defendi que é possível gerar intuições por meio de perguntas e que essa prática nos mostra que, às vezes, precisamos de auxiliares para gerar uma intuição — como o raciocínio —, mas que esses auxiliares não parecem ser a própria intuição. Terceiro, defendi que é possível gerar intuições por meio de experimentos de pensamento e que essa prática nos ensina estas quatro lições:

- (i) Que intuições podem ser utilizadas em diversas áreas da filosofia;
- (ii) Que intuições podem servir para corroborar ou atacar uma mesma teoria — como ocorre com a intuição do Dilema do Bode e a do Caso do Transplante com relação a uma versão da teoria utilitarista;
- (iii) Que diante de intuições que corroboram e atacam uma mesma teoria, o filósofo tem pelo menos três opções: a) ignorá-las; b)

considerar uma intuição boa evidência e a outra não; c) considerar que ambas as intuições são boas evidências e construir uma teoria que dê conta de ambas as intuições;

(iv) Que uma mesma intuição pode servir para os atacar uma teoria e defender outra. Isso ocorre no Caso Gödel, que serve contra uma teoria descritivista mas a favor de uma teoria causal da referência, e também no Quarto de Mary, que serve contra uma teoria fisicalista mas a favor de uma teoria dualista.

Em 1.3, quanto à discussão sobre intuições, defendi que existem, pelo menos, três categorias de problemas filosóficos sobre intuições na filosofia analítica.

Primeiro, a categoria dos problemas de natureza, cuja questão central é “o que são intuições?” e que possui três subcategorias de problemas, a saber: problemas de identidade (sobre o que intuições são), os problemas de conteúdo (sobre aquilo que é possível de intuir) e os problemas de etiologia (sobre de que intuições dependem para serem produzidas).

Segundo, a categoria dos problemas de confiança, cuja questão central é “intuições são confiáveis?” e que possui três subcategorias de problemas, a saber: problemas de tema (sobre a confiança em intuições de categorias específicas), problemas epistemológicos (sobre intuições conferirem justificação, serem evidência etc.) e os problemas cognitivos (sobre como intuições podem ser influenciadas por vieses, crenças, memórias etc.).

Terceiro, a categoria dos problemas de papel, cuja questão central é “quais papéis intuições podem assumir?” e que possui quatro subcategorias, a saber: problemas epistêmicos (sobre intuições poderem ter papel epistêmico, serem usadas como justificação etc.), problemas de contexto (sobre intuições poderem ter papel em áreas específicas), problemas de heurística (sobre intuições terem papel heurístico, retórico, persuasivo etc.) e os problemas pedagógicos (sobre intuições terem papel pedagógico, no ensino, aprendizagem etc.). Ainda sobre a categoria dos problemas de papel, defendi que para cada questão de “possibilidade” (em um sentido específico da palavra) existe uma questão de atualidade.

Com esse esclarecimento quanto ao uso e à discussão sobre intuições na filosofia analítica contemporânea, penso que os trabalhos futuros em tal temática consigam ter uma compreensão mais acurada de possíveis usos de intuições, evitar confusões entre diferentes questões filosóficas sobre intuições e, finalmente, entender o que está em jogo quando filósofos analíticos contemporâneos utilizam a noção de intuição.

2.

O que são intuições¹¹

Neste capítulo, meu objetivo é fazer uma boa caracterização de intuições a partir de uma lista de critérios. Para chegar a essa caracterização, sigo algumas etapas. Em 2.1, situo uma imagem inicial do que são intuições a partir do trabalho de Jenkins (2014) sobre os usos da palavra “*intuition*” pelos filósofos analíticos contemporâneos; mas defendo que essa imagem inicial não é o suficiente para entendermos realmente o que são intuições. Em 2.2, defendo que intuir não é ter uma crença, nem palpitar, supor, perceber, lembrar ou raciocinar — a partir de pontos levantados por Bealer (1998) e Nagel (2012). Em 2.3, descrevo o debate entre Bealer (1998) e Earlenbaugh & Molyneux (2009), e defendo que a disputa entre intuições serem experiências episódicas ou inclinações a crer é meramente verbal, mas que nos gera importantes lições sobre a natureza das intuições. Em 2.4, exponho vantagens e desvantagens de concepções leves e robustas de intuição seguindo o trabalho de Alexander & Weinberg (2014). Em 2.5, faço uma caracterização de intuições por uma lista não exaustiva de critérios considerando a argumentação elaborada em 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4. Em 2.6, estabeleço as considerações finais do capítulo.

2.1

Situando uma imagem inicial

Jenkins (2014) trata de como filósofos utilizam a palavra “*intuition*” na filosofia analítica contemporânea¹². Segundo Jenkins, existem diversos sintomas associados ao uso da palavra “*intuition*”. Ela divide esses sintomas em quatro

¹¹Agradeço ao Tiago Carneiro por ter me auxiliado criticando uma das primeiras versões deste capítulo.

¹²Minha ideia aqui não é trazer os autores citados por Jenkins para justificar a legitimidade dos pacotes e sintomas. Eu já parto da premissa de que os pacotes representam bem como filósofos analíticos contemporâneos utilizam a palavra “*intuition*”. Minha ideia é, a partir do trabalho de Jenkins, situar uma imagem inicial do que são as intuições na filosofia analítica contemporânea, comentar os pacotes e dar meu veredito sobre até que ponto essa imagem nos mostra o que são intuições.

pacotes (“*bunches*”): o pacote do senso comum, o pacote do a priori, o pacote do imediatismo e o pacote metafilosófico. Esses sintomas nem sempre são teses explicitamente defendidas pelos filósofos. Em vez disso, podem ser só maneiras pelas quais os filósofos tratam a noção de intuição ou como usam a palavra “intuition” e seus cognatos. Sendo assim, esses pacotes nos ajudam a situar uma imagem inicial sobre o que são as intuições na filosofia analítica contemporânea. Nesse momento, quero comentar cada um desses pacotes e seus sintomas.

No pacote do senso comum, existe o sintoma de que intuições são crenças do senso comum. Pense na crença de que tigres têm listras, de que Terra não é plana, de que filósofos são inteligentes, de que matar é errado, de que tigres são tigres e de que $2 + 2 = 4$. Essas são crenças que adquirimos sem pensar muito no assunto. É como se elas fossem adquiridas “por osmose”. Então, se alguém disser “a Terra é plana”, uma pessoa poderia responder que “isso vai contra a intuição geral” ou que “isso é contraintuitivo” — mas no sentido de que isso contraria nossas crenças do senso comum¹³. Nesse pacote, também existe o sintoma de que intuições são crenças com ausência de contaminação teórica. Imagine que apresentam um caso hipotético para dois filósofos, mas que um responde “A” e o outro “B”. Uma maneira de explicar esse desacordo é apontar que a resposta de um dos filósofos está “contaminada pela sua teoria”, mas a do outro não. Sendo assim, um filósofo com teoria utilitarista tenderia a dar uma resposta utilitarista ao experimento de pensamento do Dilema do Bonde — mas não porque “intuiu” essa resposta, e sim porque foi motivado por sua teoria. É por isso que é importante para os filósofos saberem como os leigos respondem a experimentos de pensamento. A falta de contato com as teorias filosóficas deixaria o leigo menos suscetível a ser enviesado por elas¹⁴.

No pacote do a priori, existe o sintoma de que intuições são um tipo de justificação a priori — ou seja, que não é a posteriori. Deixando minúcias de lado, isso significa que não “dependemos” (em sentido relevante) da experiência para estarmos justificados a crer pela intuição. Dessa maneira, não podemos intuir que tigres têm listras ou que a Terra não é plana, porque a justificação de tais crenças é a posteriori — isto é, dependemos da experiência com o mundo para estarmos

¹³Como fica claro ao longo deste capítulo, não concordo que intuições sejam crenças, mas entendo que esse é um uso possível da expressão “intuição”.

¹⁴Embora o “enviesamento por teoria” pareça plausível de acontecer em alguns casos, não sei em que medida ele é difundido entre filósofos.

justificados em crer nisso. Mas podemos, por exemplo, estar justificados em crer nisso pela percepção, que é um tipo de justificação a posteriori. Em outras palavras, se intuições são um tipo de justificação a priori, é impossível intuir algo como ‘tigres têm listras’, mas é possível intuir algo como ‘tigres são tigres. Na descrição do a priori, a noção de “depende” é muito relevante. De alguma forma, iríamos depender da experiência para chegar à crença justificada de que tigres são tigres, mas não no sentido relevante de “depende”. A experiência forneceria os conceitos de tigre, entre outras coisas. Só que é o pensamento que faria o restante do serviço. E aí entra a intuição. Isto é, uma vez tendo adquirido os conceitos (e outras coisas), seria possível intuir que tigres são tigres. Já com relação à crença justificada de que tigres têm listras, esse tipo de experiência não seria o suficiente para termos justificação. Não basta ter os conceitos relevantes e capacidade de articulá-los (e outras coisas) para crer justificadamente que tigres têm listras — é necessário conferir no mundo.¹⁵

Por conta dessa relação entre intuições e conceitos, existe também no pacote do a priori o sintoma de que intuições estão subscritas à competência conceitual ou linguística. Isto é, quanto menos competência com os conceitos, menos capacidade de intuir adequadamente. Nesse pacote, há também o sintoma de que intuições têm conteúdo necessário, ou seja, se as alegações que intuimos são verdadeiras, então não podem ser falsas. Seguindo esse sintoma, seria possível intuir que ‘se chove, então chove’, porque essa é uma verdade necessária. No entanto, não poderíamos intuir que ‘está chovendo lá fora’, porque mesmo que isso seja verdade poderia ser falso — isto é, poderia não estar chovendo lá fora. Um último sintoma ligado ao pacote do a priori é o de que intuição é o “desfecho” ou o “resultado” de alguma faculdade especial que possuiríamos.

Desde já, é importante situar alguns pontos sobre o pacote do senso comum e o pacote do a priori. O pacote do senso comum *amplia* o escopo das intuições a uma gama ampla de verdades, incluindo as verdades contingentes e as verdades a posteriori. Já o pacote do a priori *restringe* o escopo das intuições,

¹⁵É importante dizer que a justificação a priori e a posteriori não dizem respeito a como estamos justificados em crer, mas sim a como *podemos* estar justificados em crer. Isto é, mesmo que a maioria das pessoas esteja justificada em crer que $2 + 2 = 4$ pela experiência, elas *poderiam* estar justificadas em crer que $2 + 2 = 4$ sem a experiência. É por isso que a justificação em crer que $2 + 2 = 4$ é a priori. Já a justificação em crer que a Terra não é plana depende da experiência — é impossível estar justificado em crer nisso sem a experiência. É por isso que a justificação em crer que a Terra não é plana é a posteriori. Para uma descrição mais completa dessa discussão sobre a priori e a posteriori, veja Teixeira (2014).

excluindo as verdades contingentes e as verdades a posteriori. Essa restrição faz o pacote do a priori ficar mais associado à prática filosófica do que o pacote do senso comum, porque filósofos focam em verdades necessárias e justificação a priori. O que o pacote do senso comum traz de mais relevante para a prática filosófica é a ideia de que intuições de alguma forma evitam contaminação teórica. Afinal, se uma suposta intuição for “contaminada por teoria”, é mais fácil que ela seja um raciocínio do que uma intuição. Esse ponto fica mais explícito no próximo pacote.

No pacote do imediatismo, existe o sintoma de que intuições se associam a um processo não inferencial. Pelo menos alguns casos de percepção visual, por exemplo, contam como processos não inferenciais. Assim, ao ver um pássaro, a pessoa simplesmente perceberia que é azul, sem ter que inferir isso de alguma crença anterior. Não haveria um “raciocínio” nesse processo que seria indispensável à percepção. A ideia aí é que intuições seriam como a percepção, ou seja, sem uma inferência óbvia aparente ou explícita associada. Isto é, se a pessoa está inferindo, ela não está se dando conta disso. Um outro sintoma desse pacote é de que intuições são óbvias, espontâneas, naturais e/ou convincentes. Esse sintoma diz respeito à própria experiência da pessoa que intui. Ou seja, parece óbvio, espontâneo, natural e/ou convincente que o pássaro é azul para a pessoa que o vê. Da mesma forma, parece óbvio, espontâneo, natural e/ou convincente que $2 + 2 = 4$ para a pessoa que intui sobre isso. Sem dúvida, o pacote do imediatismo é o que mais abre margem para a comparação entre intuição e percepção. Na filosofia, é comum que a intuição seja tratada como uma espécie de “olho da mente”. Ou seja, é como se o filósofo “visse” que $2 + 2 = 4$, mas sem usar os olhos.

No pacote metafilosófico, intuições são uma espécie de fundamento primário da investigação filosófica. Isso pode ser entendido em sentido local, ou seja, uma intuição servindo de base para uma teoria qualquer. Contudo, isso também pode ser entendido em sentido global, ou seja, como se as intuições fossem os pilares fundacionais da investigação filosófica. Isto é, mesmo que o filósofo não utilize intuições em um trabalho particular, ele ainda estaria dependente desses pilares que a intuição forneceria¹⁶. Nesse pacote, também está o sintoma de que o uso de intuições caracteriza a filosofia analítica ocidental. E

¹⁶Isso está relacionado ao problema do regresso epistêmico, como fica claro no capítulo 3.

também há o sintoma de que intuições fornecem justificação, aval ou evidência na filosofia. Esse pacote possui uma desvantagem, que é de ser o que fornece menos informações sobre a natureza das intuições. Esse pacote diz mais respeito a como as intuições seriam utilizadas.

A partir disso, penso que é possível situar uma imagem inicial de como os filósofos analíticos utilizam a palavra “*intuition*”. Ainda assim, essa “imagem” não é o suficiente para entendermos o que realmente são as intuições. E por duas razões. A primeira razão é que esses pacotes não conseguem nos dar uma compreensão unificada das intuições. Isso ocorre porque existem diversas concepções de intuição na filosofia analítica. O pacote do senso comum, por exemplo, nos dá uma concepção bastante pré-teórica e ampliada. Já o pacote do a priori e o do imediatismo nos dão uma concepção mais teórica e restrita. Por sua vez, o pacote metafilosófico foca nos papéis que as intuições teriam na filosofia analítica. A segunda razão é que esses pacotes dizem muito pouco sobre o que intuições não são. E, se queremos ter mais do que só uma imagem inicial de intuições, precisamos dizer o que elas não são. No próximo capítulo, trato disso.

2.2

O que intuições não são

O primeiro pacote abre a possibilidade de intuições serem crenças — ou, mais precisamente, um tipo de crença. À primeira vista, isso pode parecer verdade, porque é comum acreditarmos naquilo que intuímos. Entretanto, esse nem sempre é o caso. Como defende Bealer (1998), podemos intuir que P mas não crer que P. Se as intuições fossem um tipo de crença, isso não seria possível. Isso literalmente aconteceu com relação aos Casos Gettier. Quando Gettier (1963) propôs seus casos hipotéticos, os filósofos que acreditavam na definição tripartida poderiam simplesmente dizer: “nossa intuição é outra”. Só que isso não aconteceu. A crença era favorável à definição tripartida, e a intuição era contrária à definição tripartida. Segundo Nagel (2012, nota 9), esse fenômeno aconteceu em outros casos na história da filosofia. Isto é, para vários filósofos, diante de um experimento de pensamento, seria vantajoso simplesmente dizer “minha intuição é

outra”, mas não foi isso que aconteceu: porque suas crenças e intuições iam para lados opostos. Logo, intuições não são um tipo de crença.

Bealer (1998) também distingue intuir de palpitar e supor. Se jogarmos uma moeda para cima, podemos fazer um palpite ou supor se cairá cara ou coroa. Segundo Bealer (1998), esse palpite/suposição poderia ser facilmente substituído. Com relação às intuições, não há exatamente uma escolha. Podemos retomar o ponto anterior de Nagel (2012, nota 9) aqui. Se houvesse uma escolha, aqueles filósofos simplesmente poderiam escolher a opção mais conveniente para suas teorias, mas não foi isso que aconteceu: porque intuições não são palpites ou suposições. Segundo Nagel (2012, p. 496), o poder dialético das intuições na história da filosofia se deve ao fato de elas serem amplamente compartilhadas¹⁷. Se intuições fossem meros palpites/suposições, provavelmente elas não teriam esse poder dialético. Logo, intuir não é fazer um palpite ou uma suposição.¹⁸

A comparação entre intuição e percepção pode motivar a ideia de que intuir é perceber. Só que esse não é o caso. Ainda que intuição e percepção tenham semelhanças, elas também possuem diferenças. A percepção é sensorial, isto é, os sentidos são indispensáveis para conseguir perceber. Já a intuição não é sensorial. O papel dos sentidos na intuição é, no máximo, auxiliador — por exemplo, ajudam a ler um caso hipotético no papel para tê-lo em mente.¹⁹ Além disso, não conseguimos intuir conteúdos concretos expressos por alegações como “esse gato tem listras”, “essa parede é verde” ou “está chovendo”. E nem conseguimos perceber conteúdos abstratos/conceituais expressos por alegações como “gatos são animais”, “paredes são paredes” ou “se está chovendo, está chovendo”. Além disso, existe outra desanalogia entre intuição e percepção. O conteúdo de intuições é frequentemente necessário e raramente (ou nunca) contingente. (Na verdade, sequer conheço um exemplo de intuição sobre uma proposição contingente). Entretanto, o conteúdo de percepções é frequentemente

¹⁷É importante distinguir intuições serem compartilhadas de intuições serem acuradas. Não é porque as pessoas compartilham intuições que isso signifique essas intuições apontam para a verdade ou que sejam confiáveis.

¹⁸Se alguns palpites/suposições não forem facilmente substituíveis ou “questão de escolha”, talvez seja adequado chamá-los de “intuições” em uma concepção mais ampla do termo. Mas, mesmo assim, isso não significa que toda intuição seja um palpite ou suposição.

¹⁹Existem muitas teorias sobre a natureza da percepção. Por isso, estou aberto à possibilidade de existir alguma forma de percepção não sensorial ou não concreta que seja intuição. Como intuição e percepção possuem muitas semelhanças, isso não seria absurdo — e provavelmente não levaria a grandes problemas. Ainda assim, é importante destacar que estou falando sobre a tese da intuição ser um tipo de percepção, e não da intuição ser o mesmo que percepção.

contingente e raramente necessário (talvez um exemplo aí seja a proposição de que ‘a água é H₂O’). Logo, intuição não é um tipo de percepção.

Intuir também não é lembrar. Quando nos deparamos com alegações como “ $2 + 2 = 4$ ” ou “tigres são tigres”, podemos simplesmente dizer que elas são o caso porque lembramos que elas são o caso. Isso pode passar a impressão errada de que intuir é meramente lembrar de algo. Só que isso não é verdade. Para conseguirmos diferenciar intuir de lembrar, basta nos depararmos com um caso de alguém que consegue ter uma intuição a qual ela não lembrava. Isso é extremamente comum na prática filosófica. Ao estar diante de um Caso Gettier pela primeira vez, intuimos que o indivíduo daquele caso não tem conhecimento. Isso claramente não foi algo que lembramos na hora. Afinal, nunca havíamos tido esse caso em mente antes. O papel da memória na intuição é, no máximo, auxiliador — por exemplo, ajuda a ter em mente os componentes de um experimento de pensamento até chegar à pergunta final. Logo, intuições não são memórias.

Ainda assim, isso nos deixa um importante ensinamento. Quando nos perguntam “ $2 + 2 = 4$?” e respondemos “sim”, podemos estar utilizando a memória, e não a intuição para gerar a resposta. Para o filósofo que confia em intuições, isso pode ser particularmente problemático, porque ele não quer estar simplesmente lembrando de uma informação que ele aprendeu de maneira informal e não confiável ao longo da vida. (Trato desse ponto novamente em 2.5).

Intuir também não é raciocinar. Ao estar diante de um experimento de pensamento, raciocinamos bastante para distinguir claramente suas partes e conceitos. Isso pode gerar a ideia de que intuição é uma forma de raciocínio. Só que isso não é verdade. Se intuir fosse raciocinar, provavelmente não haveria o pacote do imediatismo, descrito por Jenkins (2014), que associa intuições a um processo não inferencial. Além disso, provavelmente também não haveria a comparação altamente difundida entre intuição e percepção como duas formas de justificação não inferencial. Aliás, filósofos pessimistas sobre intuições como Deutsch (2015) e Cappelen (2012) defendem que o que fazemos diante de experimentos de pensamento é raciocinar. Note que eles não defendem que intuir é uma forma de raciocínio. Na verdade, a ideia deles é justamente a de que não intuimos, mas sim que raciocinamos. E isso reforça ainda mais a distinção entre intuir e raciocinar, seja entre os otimistas sobre intuições ou entre os pessimistas.

Na verdade, o papel do raciocínio na intuição é, no máximo, auxiliador — por exemplo, ajuda a entender elementos de um cenário hipotético até chegar à pergunta final. Isso é defendido por Nagel (2012, pp. 499-500) no contexto em que se assume que intuir é um processo de baixo esforço. A ideia dela é que usamos um sistema mais lento e de alto esforço para entender um caso hipotético novo, mas que uma vez o compreendendo a resposta intuitiva viria de maneira rápida e com baixo esforço. Nagel explica que seria como buscar o rosto de um amigo conhecido no meio de uma multidão — isto é, uma mistura de processo lento com processo rápido. Outro caso esclarecedor é o do jogo “Onde está Wally?”. Ainda assim, eu penso que muito do que os filósofos chamam de intuição pode ser mero raciocínio rápido ou inconsciente.

2.3

Intuições como experiências vs. intuições como inclinações

Intuir não é ter uma crença, nem fazer um palpite ou uma suposição, e nem perceber, lembrar ou raciocinar. Quanto às teses positivas sobre a natureza das intuições, existem segundo Pust (2012) duas teses muito populares na filosofia analítica contemporânea: a de intuições como experiências episódicas e a de intuições como inclinações a crer.

Bealer (1998) é um influente defensor da tese de que intuições são experiências episódicas. A ideia aí é a de que só temos uma intuição quando estamos tendo uma experiência específica. Isto é, se eu intuo que P, então parece (*seems*) para mim que P. Se não estou pensando no assunto, não estou tendo a intuição. Em contrapartida, Earlenbaugh & Molyneux (2009) defendem que intuições são inclinações a crer. Isto é, se eu intuo que P, eu estou inclinado a crer que P. Logo, mesmo que não esteja pensando no assunto, estou tendo a intuição de que P.

Bealer (1998) levanta algumas objeções contra a concepção de que intuições são inclinações. Primeiro, Bealer diz que as intuições seriam episódicas, mas as inclinações não seriam episódicas. Segundo, Bealer diz que há como ter intuição de que P mesmo sem inclinação a crer que P. Terceiro, Bealer diz que

toda proposição intuída é a priori, mas algumas proposições em que estamos inclinados a crer são a posteriori. Quarto, Bealer diz que não há esclarecimento sobre que tipos de inclinações a acreditar são as intuições. Entretanto, Earlenbaugh & Molyneux (2009) respondem a essas objeções.

Quanto à primeira objeção, Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 49-50) respondem que Bealer tenta atacar a tese de que intuições são qualquer inclinação a crer. Contudo, Earlenbaugh & Molyneux concedem que nem toda inclinação é uma intuição. Na verdade, a tese relevante em jogo é que intuições são um tipo de inclinação a crer, e não que intuições são idênticas a inclinações a crer. Além disso, Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 49-50) também respondem que não é verdade que intuições sejam episódicas. Para eles, parece possível que Gettier continue com suas intuições sobre Casos Gettier mesmo enquanto está dormindo. Para eles, Bealer está caindo na falácia da lâmpada da geladeira. Isto é, a lâmpada da geladeira sempre está ligada quando abrimos a porta, mas isso não quer dizer que a lâmpada da geladeira sempre está ligada mesmo quando não estamos olhando. No caso da intuição, sabemos que temos uma intuição ao ter uma experiência episódica, mas isso não significa que se estamos tendo uma intuição, então estamos tendo uma experiência episódica.

Quanto à segunda objeção, Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 49-50) respondem que não há como ter intuição de que P sem inclinação a crer que P. O caso citado por Bealer é a intuição sobre um axioma matemático. Ele diz que intui um axioma de compreensão irrestrita (naïve comprehension axiom), mas que não acredita nele, porque sabe que o axioma leva a um paradoxo. Nesse sentido, ele teria a intuição do axioma, mas não teria a inclinação a crer no axioma; portanto, intuições não seriam inclinações. Para responder a essa objeção, Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 49-50) dizem que existem inclinações competitivas (*competitive inclinations*) e inclinações líquidas (*net inclinations*). As inclinações competitivas são, por exemplo, a inclinação a comer a torta e a inclinação a se manter na dieta. Por sua vez, as inclinações líquidas são aquelas que vencem na disputa entre inclinações competitivas. Se a pessoa comer a torta, essa é a inclinação líquida. No caso do Bealer, ele de fato não teria a inclinação líquida a crer no axioma, mas ele ainda teria a inclinação competitiva — que seria a própria intuição do axioma. Nesse caso, a intuição do axioma não venceu a disputa entre inclinações, mas ainda assim ela existiria.

Quanto à terceira objeção, Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 50-51) concedem que proposições intuídas são a priori, como a de que ‘gatos são animais’ ou a de que ‘ $2 + 2 = 4$ ’; e também concedem que estamos inclinados a crer em proposições a posteriori como de que ‘a Terra não é plana’ e a de que ‘existem árvores’. Isso seria um problema se eles defendessem que toda inclinação a crer é uma intuição. Entretanto, eles não defendem que toda inclinação a crer é uma intuição, mas sim que toda intuição é uma inclinação a crer.

Quanto à quarta objeção, Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 51-52) concedem que, de fato, é necessário deixar mais claro que tipo de inclinações a crer são intuições. Ainda assim, isso não arruinaria o projeto de defender que intuições são inclinações a crer. Afinal, a teoria deles ainda seria minimamente informativa, tendo em vista que conseguiria ser incompatível com outras posições sobre a natureza das intuições e dar informações sobre o papel das intuições na filosofia.

Embora as respostas de Earlenbaugh & Molyneux sejam persuasivas, penso que essa disputa é meramente verbal. Primeiro, porque os autores não discordam da existência de tais inclinações a crer e de tais experiências episódicas. Isto é, um lado diz que essas inclinações a crer existem, mas que elas não são intuições. Já o outro diz que essas experiências episódicas existem, mas que elas não são intuições. Segundo, porque um desacordo verbal pode ser produzido por ambiguidade de expressões. Por exemplo, duas pessoas discordam sobre a existência de deus, mas uma entende que “deus” é “uma força superior” e a outra entende que “deus” é “um ser onipotente, onibenevolente e onisciente”. Sabemos que a palavra “intuição” é bastante ambígua. Existem várias noções teóricas e pré-teóricas de intuições, como fica claro pelo diagnóstico de Jenkins (2014). Logo, não parece absurdo pensar que podemos utilizar a palavra “intuição” para falar tanto de experiências episódicas quanto de inclinações a crer.

Ainda assim, parece mais plausível uma intuição sem experiência episódica do que uma intuição sem inclinação a crer. Imagine um cenário em que 90% das pessoas respondam que o indivíduo do Caso Gettier não tem conhecimento mas que, ao mesmo tempo, elas não estejam inclinadas a crer nisso. Esse cenário me parece pouco plausível. É claro que essas pessoas poderiam ter outras razões para não crer nessa resposta, mas ainda assim parece pouco

plausível não haver uma “inclinação competitiva” na disputa contra essas razões (como se fosse uma “força” nessa soma de vetores apontando para a crença na resposta). Por outro lado, imagine um cenário em que 90% das pessoas respondam que o indivíduo do Caso Gettier não tem conhecimento mas que, ao mesmo tempo, elas não tenham uma experiência episódica particular com relação a isso. Esse cenário me parece mais plausível do que o anterior. Para não ficarmos só no campo da imaginação, o próprio filósofo Williamson (2007, p. 217) diz que não possui uma experiência episódica especial sobre os Casos Gettier, mas que possui apenas a inclinação a crer. Nesse caso, parece que seria estranho dizer que ele não possui a intuição dos Casos Gettier.

Em todo caso, um ponto importante de acrescentar é o de que intuições não parecem só vir acompanhadas de inclinações a crer, mas também de inclinações a agir. Existe a própria inclinação a responder que A, e não que B, diante de um experimento de pensamento. Se a nossa intuição é de puxar a alavanca no Dilema do Bonde, provavelmente há também a inclinação à ação de puxar a alavanca. É claro que essa inclinação entraria na disputa contra outras inclinações, e a ação que realmente levaríamos à frente seria a vencedora dessa “soma de vetores”.

Diante disso, mesmo que esse desacordo seja meramente verbal, ele nos ensina importantes lições. Uma lição é a de que se uma pessoa intui que P, então provavelmente para ela parece que P. A outra lição é a de que se uma pessoa intui que P, então mais provavelmente ainda ela possui a inclinação a crer que P — e também a inclinação de agir como se P.

2.4

Concepções leves e robustas de intuição

Segundo Alexander & Weinberg (2014), existem concepções “leves” (“*thin*”) e concepções “robustas” (“*thick*”) de intuição. Uma concepção leve seria a de que intuições são meros exemplares de estados ou episódios mentais de alguma categoria epistemológica bastante genérica (como meras inclinações a crer ou meros tipos de episódios mentais). Uma concepção robusta seria uma

concepção leve somada a condições semânticas, fenomenológicas, etiológicas ou metodológicas. Nesse sentido, as concepções de intuição de Earlenbaugh & Molyneux (2009) e a de Bealer (1998) são concepções robustas de intuição, porque são concepções leves somadas a várias condições. Bealer (1998) propõe que intuições são um tipo de experiência episódica, mas também propõe que intuições têm conteúdo necessariamente verdadeiro e que dependem de posse conceitual. Earlenbaugh & Molyneux (2009) propõe que intuições são um tipo de inclinação a crer, mas também que entram em disputas com outras inclinações a crer.

Seguindo (mais ou menos) Alexander & Weinberg (2014, pp. 189-190), podemos dizer que uma concepção leve de intuição possui vantagens e desvantagens. As vantagens são conseguir capturar os vários usos da palavra “intuição” na filosofia analítica; e tornar praticável sabermos, da poltrona, quando estamos tendo uma intuição. E as desvantagens são, em linhas gerais, a dificuldade de diferenciar teoricamente intuições de outras fontes de evidência, como a percepção, o raciocínio e a memória — e também de crenças, suposições e palpites —; e ir na contramão da tese (verdadeira) de que nem tudo que parece intuição é uma intuição “genuína”.

Ainda seguindo (mais ou menos) Alexander & Weinberg (2014, p. 188), podemos dizer que uma concepção robusta de intuição possui vantagens e desvantagens. As vantagens são a facilidade de diferenciar teoricamente intuições de outras fontes de evidência como a percepção, o raciocínio e a memória — e também de crenças, suposições e palpites —; e ir a favor da tese (verdadeira) de que nem tudo que parece intuição é uma intuição “genuína”. As desvantagens são gerar uma concepção de intuição tão robusta que torna impraticável sabermos “da poltrona” quando estamos realmente tendo uma intuição “genuína”; e não abranger os vários usos da palavra “intuição” na filosofia analítica.

Diante disso, uma definição ideal de intuição consegue captar as vantagens de concepções leves e robustas de intuição, mas ao mesmo tempo não cair nas desvantagens. Talvez uma definição desse tipo não seja possível tão cedo. Atualmente, parece que, quanto mais robusta a teoria sobre intuições, mais difícil fica saber “da poltrona” se o que estamos tendo é realmente uma intuição “genuína”; e também mais difícil fica abranger os vários usos da palavra

“intuição” na filosofia analítica. Ainda assim, um primeiro passo para chegarmos a uma definição desse tipo é estabelecer uma caracterização de intuição.

2.5

Uma caracterização de intuições

Nesse momento, quero estabelecer uma caracterização de intuição — e não uma “definição filosófica”. Uma definição seria propor, por exemplo, condições necessárias e suficientes para se ter uma intuição; ou propor que intuir é o mesmo que ter um estado mental específico. Minha caracterização é uma proposta bem mais modesta. Ela apresenta apenas uma lista (não exaustiva) de sinais de que uma pessoa está tendo uma “intuição” no sentido filosoficamente relevante. Essa proposta tenta captar (tanto quanto for possível) as vantagens de concepções leves e robustas de intuição, e evitar as desvantagens.

Diante disso, estamos habilitados a fazer uma caracterização de intuições.

Se uma pessoa tem a intuição de que P, então provavelmente:

- (I) ela tem uma inclinação a acreditar que P ou a agir como se P;
- (II) para ela, parece que P;
- (III) ela tem a intuição de que P mesmo que não acredite que P;
- (IV) ela sente que não escolheu intuir que P;
- (V) ela sente que P surgiu de maneira espontânea;
- (VI) P é um conteúdo abstrato/conceitual e uma proposição necessária; e
- (VII) há um compartilhamento significativo da intuição de que P.

Os critérios (I) e (II) dizem respeito ao debate sobre intuições como inclinações ou experiências. De fato, parece implausível uma situação em que uma pessoa intui que P sem que, para ela, pareça que P. Mais implausível ainda parece a situação em que alguém intui que P mas não está inclinado a acreditar que P ou a agir como se P. Além disso, tanto (I) quanto (II) captam a vantagem de serem acessíveis da poltrona.

O critério (III) diz respeito à minha defesa de que intuições não são crenças. Pelo menos para quem não acredita que P, esse critério é facilmente acessível. Logo, esse critério capta a vantagem de ser acessível para pelo menos

algumas pessoas que intuem e também capta a vantagem de diferenciar intuições de crenças.

O critério (IV) diz respeito à minha defesa de que intuições não são palpites ou suposições. Esse critério capta a vantagem de diferenciar intuições de palpites e suposições, mas provavelmente exige um bom autoconhecimento para ser acessível da poltrona. Se a intuição for desfavorável às crenças, valores ou interesses da pessoa, provavelmente esse critério é mais facilmente acessível da poltrona. Afinal, não parece fazer sentido escolher uma opção desfavorável.

O critério (V) diz respeito à minha defesa de que intuição não é raciocínio. Esse critério capta a vantagem de diferenciar intuição de raciocínio, mas provavelmente também exige um bom autoconhecimento para ser acessível da poltrona. Em alguns casos, intuições surgem no contexto argumentativo. Nesse caso, é difícil diferenciar da poltrona se a pessoa está fazendo uma inferência ou se o juízo está surgindo de forma “espontânea”. Em casos mais simples, como de intuições sobre alegações, esse critério parece ser mais acessível da poltrona.

O critério (VI) diz respeito à minha defesa de que intuição não é percepção. Não há como perceber conteúdos abstratos/conceituais e, dificilmente, há como perceber conteúdos necessários. Logo, esse critério capta a vantagem de diferenciar intuição de percepção e também capta vantagem de ser facilmente acessível da poltrona, já que somos bons em diferenciar se algo está realmente diante de nós para ser percebido ou se não está; e também somos bons em diferenciar proposições contingentes e necessárias.

O critério (VII) diz respeito ao compartilhamento de intuições. Como defendi a partir de Nagel (2012) em vários momentos, se intuições não fossem amplamente compartilhadas provavelmente elas não teriam o seu poder dialético. Além disso, Nagel (2012) apresenta evidências de que quanto mais forte uma intuição é, provavelmente mais ela é compartilhada entre as pessoas. Logo, esse critério é acessível da poltrona por meio da “força” de uma intuição.

Em contrapartida, essa caracterização possui duas desvantagens. A primeira é a de não conseguir abranger todos os usos da palavra “intuição” na filosofia analítica. Isso ocorre porque, quanto mais critérios na lista, mais próximo ela está de uma concepção robusta de intuição. De fato, essa caracterização elimina uma boa parte do que os filósofos analíticos chamam de “intuição”. Ainda assim, defendo que esse é um corte aceitável, com mais benefícios do que

prejuízos. Em outras palavras, é uma desvantagem “pequena”. A segunda desvantagem é ela ser limitada em auxiliar o filósofo a distinguir, da poltrona, intuir de lembrar em alguns contextos. Se o conteúdo lembrado for como o de que “ $2 + 2 = 4$ ”, por exemplo, o filósofo terá muita dificuldade de saber se está realmente intuindo ou apenas lembrando de uma informação obtida ao longo da vida.

Apesar disso, essa caracterização possui mais vantagens do que desvantagens. Além de outras vantagens citadas para cada critério, outra vantagem dessa caracterização é ir a favor da tese de que nem tudo que parece uma intuição é uma intuição “genuína”. Ela tem a vantagem de ter critérios acessíveis da poltrona. Ela tem a vantagem de diferenciar teoricamente intuições de outras fontes de evidência como a percepção, o raciocínio e (mais limitadamente) a memória — e também de crenças, suposições e palpites.

Essa caracterização também tem a vantagem adicional de ser isenta com relação à discussão sobre intuições serem confiáveis. Note que, por um lado, ela se encaixa em uma perspectiva otimista de intuições, porque abre a possibilidade de intuições serem confiáveis e de construir uma teoria sobre isso distinta de uma teoria sobre confiança em outras fontes de evidência (como raciocínio, percepção e memória). Por outro lado, ela também deixa aberta a possibilidade de intuições estarem sujeitas à influência de fatores irrelevantes (como gênero, etnia, bagagem cultural etc.). Logo, é uma concepção abrangente o suficiente para satisfazer desde filósofos otimistas até filósofos pessimistas sobre intuições.

Imagino que outros critérios poderiam ser adicionados a essa lista, então a considero não exaustiva. Aliás, essa é outra vantagem dessa lista: ela pode ser aprimorada para adquirir mais vantagens. Além disso, cada critério da lista pode ter um peso diferente do outro, de maneira que a presença de um critério seja imprescindível, mas a de outro não. Diante disso, esse é um bom guia para identificarmos quando uma pessoa está utilizando a gama de “intuições” relevantes para a prática dos filósofos analíticos contemporâneos.

2.6

Considerações finais

Neste capítulo, meu objetivo foi fazer uma boa caracterização de intuições a partir de uma lista de critérios.

Em 2.1, situei uma imagem inicial do que são intuições a partir do trabalho de Jenkins (2014) sobre os usos da palavra “*intuition*” pelos filósofos analíticos contemporâneos. Disse que Jenkins divide os sintomas do uso da palavra “*intuition*” entre os pacotes do senso comum, do a priori, do imediatismo e o metafilosófico. Defendi que o pacote do senso comum amplia o escopo das intuições e que o pacote do a priori restringe; que o pacote do imediatismo é o que mais abre margem para a comparação entre intuição e percepção; que o pacote metafilosófico é o menos informativo sobre a natureza das intuições; que esses pacotes não nos dão uma compreensão unificada de intuições; e que esses pacotes dizem muito pouco sobre o que intuições não são. Dessa maneira, foi necessário tratar do que intuições não são para ter uma imagem mais completa da natureza das intuições na filosofia analítica contemporânea.

Em 2.2, tratei do que intuições não são. Defendi que intuições não são um tipo de crença, porque podemos intuir que P mas não crer que P — como ocorreu historicamente na discussão sobre Casos Gettier e em outros experimentos de pensamento. Defendi que intuir não é palpitar ou supor, porque podemos escolher o que palpitar e supor, mas não podemos escolher o que intuir; e porque se pudéssemos escolher o que intuir como fazemos com palpites e suposições, intuições provavelmente não teriam o poder dialético que têm na filosofia analítica contemporânea. Defendi que intuir não é perceber, porque dependemos dos sentidos para perceber, mas não dependemos dos sentidos para intuir; e porque não conseguimos perceber conteúdos abstratos/conceituais, mas conseguimos intuí-los; porque não conseguimos intuir conteúdos concretos, mas conseguimos percebê-los; porque raramente percebemos conteúdos necessários, mas frequentemente os intuimos; e porque frequentemente percebemos conteúdos contingentes, mas raramente (ou nunca) os intuimos. Defendi que intuir não é lembrar, porque intuimos conteúdos que nunca tivemos em mente — mas também defendi que isso nos ensina que memórias podem ser confundidas com intuições. Defendi que intuir não é raciocinar, porque se fosse o caso, provavelmente não

haveria o pacote do imediatismo, nem haveria a comparação altamente difundida entre intuição e percepção como duas formas de justificação não inferencial, e nem seria verdade que essa distinção é feita tanto por pessimistas quanto por otimistas — mas também defendi que isso nos ensina que raciocínios podem ser confundidos com intuições.

Em 2.3, expus as objeções de Bealer (1998) à tese de que intuições são inclinações a crer e as respostas de Earlenbaugh & Molyneux (2009), mas defendi que provavelmente a disputa entre intuições serem experiências episódicas ou inclinações a crer é meramente verbal: primeiro, porque os autores não discordam da existência de tais inclinações a crer e de tais experiências episódicas; segundo, porque um desacordo verbal pode ser produzido por ambiguidade de expressões e a palavra “intuição” é extremamente ambígua. Ainda assim, defendi que essa discussão nos gera a importante lição de que se uma pessoa intui que P, então provavelmente para ela parece que P e, mais provavelmente ainda, ela possui a inclinação a crer que P e a agir como se P.

Em 2.4, a partir de Alexander & Weinberg (2014), expus que existem concepções leves e robustas de intuições. Disse que existem vantagens de concepções leves como capturar os vários usos da palavra “intuição” na filosofia analítica e tornar praticável sabermos, da poltrona, quando estamos tendo uma intuição; mas que também existem desvantagens como dificultar a diferenciação teórica entre intuições e outras fontes de evidência (ou mesmo crenças, suposições e palpites), e também ir na contramão da tese (verdadeira) de que nem tudo que parece intuição é uma intuição “genuína”. Além disso, disse que existem vantagens de concepções robustas como facilitar a distinção teórica entre intuições e outras fontes de evidência (ou mesmo crenças, suposições e palpites) e também ir a favor da tese (verdadeira) de que nem tudo que parece intuição é uma intuição “genuína”; mas que também existem desvantagens como gerar uma concepção de intuição tão robusta que torna impraticável sabermos “da poltrona” quando estamos realmente tendo uma intuição “genuína” e não abranger os vários usos da palavra “intuição” na filosofia analítica. Por fim, propus que uma definição ideal de intuição consegue captar as vantagens de concepções leves e robustas de intuição, e ao mesmo tempo não cair nas desvantagens; mas que enquanto essa definição ideal não for proposta, podemos começar com uma caracterização que capte mais vantagens do que desvantagens.

Em 2.5, finalmente atingi o objetivo do capítulo de fazer uma caracterização de intuições por uma lista não exaustiva de critérios. Nessa caracterização, disse que se uma pessoa tem a intuição de que P, então provavelmente: (I) ela tem uma inclinação a acreditar que P ou a agir como se P; (II) para ela, parece que P; (III) ela tem a intuição de que P mesmo que não acredite que P; (IV) ela sente que não escolheu intuir que P; (V) ela sente que P surgiu de maneira espontânea; (VI) P é um conteúdo abstrato ou conceitual; e (VII) há um compartilhamento significativo da intuição de que P. Com essa lista, consegui captar poucas desvantagens como: não conseguir abranger todos os usos da palavra “intuição” na filosofia analítica e, em alguns contextos, ser limitada em distinguir da poltrona entre intuir e lembrar. Entretanto, também consegui captar muitas vantagens como: ir a favor da tese de que nem tudo que parece uma intuição é uma intuição “genuína”; ter critérios acessíveis da poltrona; diferenciar teoricamente intuições de outras fontes de evidência (ou mesmo crenças, suposições e palpites); ser isenta com relação à discussão sobre intuições serem confiáveis; poder ser aprimorada para adquirir mais vantagens (já que é não exaustiva).

Com isso, acredito que tenha chegado em uma caracterização de intuições que pode ser utilizada pelos filósofos analíticos em suas investigações de maneira eficiente. Entretanto, ressalto que essa caracterização pode ser melhorada com a adição de novos critérios. Embora possam existir desvantagens dessa caracterização que não consegui detectar, penso que a própria ideia de criar uma caracterização por lista não exaustiva pode continuar como uma boa saída para caracterizarmos intuições com mais vantagens do que desvantagens.

3.

Desafios contra intuições

Neste capítulo, meu objetivo é responder a três desafios contra confiança em intuições. Em 3.1, exponho o Desafio da Atipicidade, que questiona a capacidade de intuições serem confiáveis quando aplicadas a cenários atípicos. Apresento duas respostas contra esse desafio: uma, com relação a uma pressuposição oculta no desafio como formulado por Rolla (2021); a outra, com relação à possibilidade de aprender a intuir sobre cenários atípicos. Em 3.2, exponho o Desafio Restricionista, que questiona a capacidade dos filósofos analíticos utilizarem intuições de maneira confiável em suas teorias, já que que intuições seriam sensíveis a fatores irrelevantes. Apresento duas respostas contra esse desafio: uma, com relação à confiança em trabalhos de filosofia experimental; e outra, com relação à própria força do Desafio Restricionista. Em 3.3, exponho o Desafio da Conexão, que questiona basicamente qual é a conexão real entre as intuições e os fatos. Respondo a esse desafio com a abordagem etiológica de Jenkins (2014) sobre intuições, apresentando sinais de que essa é uma boa abordagem. Em 3.4, forneço minhas considerações finais do capítulo.

3.1

Desafio da Atipicidade²⁰

Existe um desafio que questiona a capacidade de intuições serem confiáveis quando aplicadas a cenários atípicos — vamos chamá-lo de “Desafio da Atipicidade”. Esse desafio é restrito às intuições sobre uma gama de casos atípicos, remotos e ficcionais utilizados pelos filósofos analíticos (principalmente, em epistemologia) a favor de suas teorias. Esses casos seriam cenários distantes do mundo atual, como cenários envolvendo ceticismo, casos de clarividência e

²⁰Agradeço ao filósofo Wilson Vinicius dos Santos Rodrigues pelo auxílio prestado para lidar com o Desafio da Atipicidade, particularmente com relação à descrição do desafio como proposto por Rolla (2021) e na elaboração das respostas. Na XXXIII Jornada de Filosofia e Teoria das Ciências Humanas: Filosofia autoral brasileira, da UNESP, em 2022, apresentamos algumas dessas ideias em formação.

casos envolvendo anjos da guarda. Uma versão desse desafio é proposta por Rolla (2021).

3.1.1

Contexto do Desafio da Atipicidade

Antes de entrar em detalhes sobre o desafio, é esperado que se pense que uma saída fácil em relação a ele seja: simplesmente, não utilizar cenários atípicos. Entretanto, essa saída dificultaria o trabalho dos filósofos analíticos. Segundo Rolla (2021, p. 22), na “metodologia de avaliação por intuições”, os filósofos começam propondo uma teoria para explicar cenários típicos de atribuição de um conceito. Entretanto, os filósofos apresentam cenários atípicos como contraexemplos a essa teoria. Então é proposta uma teoria para dar conta desses cenários atípicos, mas os filósofos apresentam novos contraexemplos atípicos contra essa teoria, e então é proposta uma teoria para dar conta desses novos casos. E o processo é repetido. Nessa metodologia, uma boa teoria filosófica é resistente contra cenários atípicos.

Na descrição dessa metodologia, não se fala de intuições explicitamente. Entretanto, o papel das intuições está em gerar um juízo com relação ao cenário hipotético e esse juízo ser utilizado como contraexemplo à teoria. Sem entrar em muitos detalhes, tomemos como exemplo uma teoria confiabilista que infere que: para que Norman esteja justificado a crer que o presidente está em Nova Iorque basta que essa crença tenha sido formada a partir de um processo confiável. Nesse sentido, Norman não precisa ter acesso às razões pelas quais esse processo é confiável, mas apenas que o processo seja de fato confiável, para que ele esteja justificado em crer.

O contraexemplo do filósofo Bonjour (1980, p. 62) contra essa teoria é um experimento de pensamento atípico que podemos chamar de “Caso da Clarividência”. Esse caso diz para imaginarmos que Norman é um clarividente, isto é, ele possui uma capacidade de gerar crenças confiáveis quanto a qualquer assunto. Entretanto, Norman não tem acesso a qualquer tipo de evidência, razão ou tese sobre sua crença, sobre sua capacidade, seja a favor ou contra. Um dia,

Norman passa a crer que o presidente está em Nova Iorque, mas como sempre ele não tem acesso a qualquer tipo de evidência, razão ou tese sobre sua crença ou sobre sua capacidade, seja a favor ou contra. Apesar disso, a crença de Norman é verdadeira e é resultado de um processo e circunstância completamente confiável. Diante disso, Norman está justificado em crer que o presidente está em Nova Iorque? Sim ou não?

A resposta padrão para esse caso, segundo Bonjour (1980, p. 62), seria de que: não. Isto é, esse caso geraria a intuição de que Norman *não* está justificado a crer que o presidente está em Nova Iorque nessa situação. Dessa maneira, a intuição estaria contrariando a tese de que: para que Norman esteja justificado a crer que o presidente está em Nova Iorque basta que essa crença tenha sido formada a partir de um processo confiável. Logo, precisaríamos de uma teoria no lugar daquela teoria confiabilista, que conseguisse dar conta desse caso.

A teoria de Bonjour (1980) seria uma forma de internismo sobre justificação. Sem entrar em detalhes, essa teoria implica que, para que Norman esteja justificado em crer que o presidente está em Nova Iorque nessa situação, ele precisaria de acesso a algum tipo de evidência, razão ou tese sobre sua crença, sobre sua capacidade, seja a favor ou contra. Norman não estaria sob essas condições. Por isso, não teria justificação para crer. Dessa maneira, a teoria internista estaria em concordância com a intuição gerada pelo caso da clarividência. Uma vez que consegue lidar com a intuição desse cenário atípico, a teoria internista tem vantagem contra a teoria confiabilista.

3.1.2

Argumento por analogia para o Desafio da Atipicidade

Em contrapartida, segundo Rolla (2021), casos como esse são atípicos e temos razões para não confiar nas intuições resultantes deles. Na versão proposta por Rolla (2021), o Desafio da Atipicidade pode ser colocado na forma do seguinte argumento por analogia:

Premissa 1: Nosso raciocínio piora quando estamos lidando com

cenários atípicos.

Premissa 2: As intuições são como nosso raciocínio.

Conclusão: Logo, as intuições pioram quando estamos lidando com cenários atípicos.

Para defender a Premissa 1, Rolla diz que

(...) o uso de um conceito é ligado a seu histórico, a uma prática que teve origem em dificuldades taxonômicas concretas. Desse modo, a resposta intuitiva sobre a presença de um estado epistêmico não é confiável em casos que não guardam continuidade com aqueles que deram origem à competência na aplicação do conceito em questão (Rolla, 2021, pp. 23-24).

Nesse sentido, quando estamos falando do conceito de justificação de crenças como na teoria de Bonjour, não seria adequado utilizar cenários atípicos como contraexemplos porque “não guardam continuidade com aqueles que deram origem à competência na aplicação do conceito em questão”. Provavelmente, também podem ser considerados como casos atípicos alguns Casos Gettier de Gettier (1963), o Dilema do Bonde de Foot (1967), o Caso do Transplante de Thomson (1976), o Quarto de Mary de Jackson (1986) e o Caso Gödel de Kripke (1980). Em todos esses casos, somos apresentados a cenários que nunca ocorreram ou que, se ocorrem, são extremamente raros.

Rolla utiliza dois estudos a favor de sua primeira premissa: a Tarefa de Seleção de Wason (1968) e o estudo do chimpanzé Sheba. No estudo da Tarefa de Wason, indivíduos raciocinam pior quando precisam fazer raciocínio *modus tollens* envolvendo letras e números, isto é, elementos “abstratos”. Entretanto, raciocinam melhor quando precisam fazer raciocínio *modus tollens* envolvendo elementos “concretos” como ser maior de idade e poder comprar bebida. No estudo da chimpanzé Sheba, uma chimpanzé precisa escolher doces. Quando ela precisava escolher doces os associando a numerais, ela fazia a escolha que menos a favorecia porque raciocinava pior. Quando ela precisava escolher doces os associando a doces (escolhendo prato com menos doces para ganhar o prato com mais doces), ela fazia a escolha que mais a favorecia porque raciocinava melhor. Logo, nesses dois estudos, os indivíduos em questão tiveram um desempenho pior

quando o que estava em jogo era um cenário com elementos abstratos, e um desempenho melhor quando o que estava em jogo era um cenário com elementos concretos. Nas palavras de Rolla,

Desse modo, critérios de avaliação e de correção para a performance de uma habilidade estão essencialmente ligados à execução das tarefas para as quais a habilidade foi designada. Para o tópico que nos interessa, isso significa que a disposição para reconhecer intuitivamente sujeitos como exibindo certos estados epistêmicos em casos particulares, uma disposição que é produto da competência no exercício de habilidades conceituais; é ligada a casos ordinários de performance conceitual (2021, p. 25).

Quanto à segunda premissa, Rolla não é muito claro quanto às evidências a favor dela. Ainda assim, nesse contexto, podemos entender que o que intuição e raciocínio mais têm em comum é que tanto intuições confiáveis quanto raciocínios confiáveis dependem de uma boa competência conceitual.

3.1.3

Respostas ao desafio como proposto por Rolla

Diante disso, elaboro duas respostas à versão do Desafio da Atipicidade como proposto por Rolla. A primeira resposta é contra o pressuposto de Rolla de que elementos abstratos são como elementos ficcionais — defendo que elementos abstratos não são como elementos ficcionais. E a segunda resposta é contra a própria força do Desafio da Atipicidade — defendo que o próprio desafio é superável com treinamento adequado.

Para responder a Rolla, farei duas concessões. Primeiro, vou supor que de fato nosso raciocínio é pior quando estamos lidando com um caso abstrato, e que nosso raciocínio é melhor quando estamos lidando com um caso concreto. Segundo, vou supor que realmente intuições e raciocínio possuem esse componente de competência conceitual em comum.

3.1.3.1

Primeira resposta: dos elementos abstratos para os elementos ficcionais

Ainda assim, temos boas razões para sermos céticos com relação à segunda premissa que diz que as intuições são como nosso raciocínio. Intuição e raciocínio possuem diferenças importantes nesse contexto. Por um lado, Rolla consegue mostrar que o raciocínio piora quando estamos diante de cenários com elementos abstratos como letras e números. De fato, quando intuímos sobre cenários com elementos abstratos nossa intuição provavelmente deve piorar. Por isso, é importante dar nome às pessoas do cenário, falar de crenças particulares e situar o contexto de forma concreta (em vez de simplesmente falar algo como “no cenário C, o sujeito S teria a crença P”). Por outro lado, “cenários atípicos” quase nunca são cenários com elementos abstratos. O próprio contraexemplo de Bonjour (1980) não envolve elementos como letras ou números. Em vez disso, ele apela para elementos ficcionais, que não existem no mundo real — como a própria clarividência. Logo, o que está pressuposto nessa versão do Desafio da Atipicidade é que tanto elementos ficcionais quanto elementos abstratos estão distantes da nossa prática de uso de conceitos. Entretanto, é falso que elementos ficcionais estão distantes da nossa prática de uso de conceitos, porque utilizamos conceitos a partir de cenários ficcionais de maneira muito frequente.

Pensando no contexto da epistemologia, podemos utilizar como exemplo Harry Potter, que está ligado a um dos mundos ficcionais mais famosos em livros, filmes e na cultura ocidental. Ao ver um filme de Harry Potter, não é absurdo que possamos fazer atribuição de conhecimento aos personagens do filme, mesmo quando o que está envolvido são elementos que não existem no mundo real. Ao ver um filme de Harry Potter, podemos chegar à conclusão de um raciocínio ou a uma intuição como de que:

- Harry Potter sabe como ficar invisível
- Harry Potter sabe que a capa da invisibilidade pode deixar as pessoas invisíveis
- Rony não sabe como conjurar o feitiço de levitação

- Hermione sabe como conjurar o feitiço de levitação²¹

Entretanto, Harry Potter não é uma exceção. A seguir, cito pelo menos 10 obras ficcionais²² de enorme sucesso global a partir das quais exercitamos nossa prática de uso de conceitos e que possuem semelhança com casos atípicos apresentados por filósofos analíticos.

1. A franquia de filmes Matrix — em particular o primeiro filme de 1999 — explora questões filosóficas análogas ao experimento de pensamento da máquina de experiências do filósofo Nozick (1974).
2. O filme Ilha do Medo (Shutter Island) de 2010 explora cenários céticos envolvendo transtornos mentais.
3. A série Rick & Morty, começou em 2013 e já conta com 6 temporadas, e explora diversos cenários céticos, problemas metafísicos de identidade pessoal e inúmeros dilemas éticos semelhantes aos do experimento de pensamento do Dilema do Bonde de Foot (1967).
4. O filme O Mentiroso (Liar Liar) de 1997 explora as possíveis consequências filosóficas de um cenário em que uma pessoa só pudesse falar a verdade.
5. O filme O Primeiro Mentiroso (The Invention of Lying) de 2009 explora as consequências filosóficas de um mundo em que todos só falassem a verdade com exceção de uma só pessoa.
6. O filme A Chegada (Arrival), de 2016, explora possíveis consequências filosóficas de um cenário em que a Hipótese de Sapir-Whorf fosse verdadeira.
7. O filme O Show de Truman (The Truman Show) de 1998 explora possíveis consequências filosóficas de um cenário cético em que uma pessoa é enganada por todas as outras o tempo inteiro — o que é bastante análogo ao experimento de pensamento do gênio maligno de Descartes.
8. O filme Todo-Poderoso (Bruce Almighty) de 2003 explora as consequências filosóficas de um cenário em que uma pessoa pudesse ter o poder de Deus.
9. Os filmes Vingadores: Guerra Infinita (Avengers: Infinity War) de 2018 e

²¹Agradeço ao filósofo Wilson Vinícius dos Santos Rodrigues por ter sugerido esses exemplos.

²²De Smedt & De Cruz (2015) citam inúmeros outros casos de ficção que exploram intuições.

Vingadores: Ultimato (Avengers: Endgame) de 2019 exploram as consequências filosóficas de um cenário em que um personagem, com boa intenção, pudesse dizimar metade da população do universo — isto é, explora dilemas éticos semelhantes aos do experimento de pensamento do Dilema do Bonde de Foot (1967).

10. O filme Okja de 2017 explora as consequências filosóficas de um cenário em que existisse uma espécie animal ultra saborosa e geneticamente modificada que fosse capturada pela indústria animal.

Todos esses cenários estão distantes do mundo atual, mas próximos da nossa prática comum de uso de conceitos. Em Matrix, dizemos que Neo “passou a *saber da verdade*”. Em Vingadores: Ultimato, dizemos que “o que Thanos fez não foi *certo*”. Em Todo-Poderoso, dizemos que “o personagem entendeu o que realmente tinha *valor* na vida”. Em Okja, dizemos que “Okja tinha *direito* a uma vida digna”. Em suma, a prática de utilização de conceitos passa por esse tipo de cenário ficcional.

Diante disso, há um pressuposto implícito de Rolla de que elementos abstratos são como elementos ficcionais. Entretanto, esse pressuposto é falso, já que elementos abstratos estão *distantes* da nossa prática de uso de conceitos, mas elementos ficcionais estão *próximos* da nossa prática de uso de conceitos. De fato, intuições são como raciocínio em vários aspectos. Nesse aspecto, estou disposto a conceder que a Premissa 2 seja verdadeira. Ainda assim, isso não significa que intuições sobre casos envolvendo *elementos ficcionais* são como raciocínio sobre casos envolvendo *elementos abstratos*. Por conta desse pressuposto implícito falso, o Desafio da Atipicidade como proposto por Rolla se enfraquece.

3.1.3.2

Segunda Resposta: aprender a intuir melhor sobre cenários atípicos²³

Imaginemos, ainda assim, que alguns casos da filosofia envolvam

²³Agradeço ao filósofo Wilson Vinícius dos Santos Rodrigues pelo auxílio na elaboração dessa resposta.

elementos que estão distantes da nossa prática de uso de conceitos. Isso é bem possível. Inclusive, existem experimentos de pensamento envolvendo elementos abstratos como letras e números. Ainda assim, o Desafio da Atipicidade ainda é superável para esses casos particulares, desde que seja feito um treinamento adequado.

Note que mesmo que esses casos estejam distantes da nossa prática de uso de conceitos, podemos a princípio aprender a intuir melhor sobre eles. Até que ponto isso de fato ocorre entre os filósofos é questionável, mas a princípio é possível melhorar as intuições sobre casos desse tipo. Afinal, o ser humano pode aprender a realizar atividades em cenários distantes dos cenários comuns a ele, a saber: aprender a andar de patins, voar de asa-delta, fazer saltos imensos com vara, se equilibrar em uma corda-bamba, decorar sequências de números imensas, identificar precisamente as propriedades de um vinho apenas pelo sabor e identificar as notas de uma melodia apenas pela audição. Por que, então, não poderia aprender a intuir confiavelmente sobre cenários atípicos?

A premissa 1 de Rolla é de que nosso raciocínio piora quando estamos lidando com cenários atípicos. Podemos assumir que, na maior parte das vezes, isso é verdade. Mesmo assim, o sucesso dos lógicos nos mostra que essa dificuldade não impossibilita o seu sucesso em raciocinar. Embora algumas pessoas possam raciocinar pior com cenários “atípicos”, nós vemos como os lógicos raciocinam bem a partir desses cenários. Logo, não deveríamos esperar que os cenários atípicos impossibilitem o sucesso em intuir de, pelo menos, os filósofos bem treinados.

Além disso, nós também aprendemos a pensar adequadamente sobre cenários atípicos, ficcionais e até mesmo abstratos em instituições de ensino e pesquisa em física, química e matemática. Em física, conseguimos pensar adequadamente sobre blocos pendurados em molas sobre superfícies sem atrito em lugares com aceleração gravitacional distinta da do nosso planeta. Em matemática, conseguimos pensar adequadamente sobre fórmulas, equações e axiomas que não costumamos encontrar em nosso cotidiano. Em química, conseguimos pensar adequadamente sobre as propriedades de elementos químicos com os quais nunca tivemos contato. Com treino e ensino adequados, o ser humano é capaz de pensar adequadamente sobre cenários como esses. Dessa maneira, mesmo diante de cenários atípicos como esses, os alunos e professores

pensam adequadamente.

Dessa maneira, podemos elaborar o seguinte contra-argumento:

Premissa 1 - O raciocínio dos lógicos, professores e alunos sobre cenários atípicos melhora com treinamento adequado.

Premissa 2 - As intuições dos filósofos sobre cenários atípicos são como os raciocínios dos lógicos, professores e alunos sobre cenários atípicos.

Conclusão - Logo, as intuições dos filósofos sobre cenários atípicos melhora com treinamento adequado.

Não estou dizendo que os filósofos podem virar experts em intuir, porque ser expert é mais do que apenas intuir de maneira confiável. E não estou dizendo que filósofos podem intuir sobre cenários atípicos tão bem quanto sobre cenários típicos. Por um lado, estou concedendo a proposta de Rolla de que intuimos pior com cenários distantes da nossa prática de uso de conceitos. Por outro lado, estou mostrando que nossa prática de uso de conceitos pode ser modificada para conseguirmos intuir sobre cenários que antes eram atípicos para nós.

Diante disso, o Desafio da Atipicidade nos ensina duas importantes lições. Primeiro, ele nos mostra que existem casos em que intuimos melhor e casos em que intuimos pior — lembrando que “intuir pior” não é o mesmo que “intuir de forma não confiável”. Segundo, ele nos mostra que devemos desenvolver técnicas de melhoramento de intuições, para que nossas intuições sejam tão boas quanto for possível. Logo, Desafio da Atipicidade é superável para casos atípicos, porque (como o meu argumento por analogia deixou claro) provavelmente as intuições dos filósofos sobre cenários atípicos melhora com treinamento adequado.

3.2

Desafio Restricionista

Existe um desafio que questiona a capacidade dos filósofos analíticos utilizarem intuições de maneira confiável em suas teorias, já que intuições seriam

sensíveis a fatores irrelevantes. Esse desafio se baseia em vários experimentos da filosofia experimental nos quais é constatado que as respostas das pessoas aos experimentos variam em função de fatores (supostamente) irrelevantes como, por exemplo, bagagem cultural. Uma versão desse desafio é proposta por Weinberg *et al.* (2010) e é chamado por eles de “Desafio Restricionista” (“*Restriccionist Challenge*”), porque restringe a prática de poltrona de utilizar o método de casos (Weinberg *et al.*, 2010, pp. 331-2).

3.2.1

Contexto do Desafio Restricionista

Como apresentei no capítulo 1, os filósofos esperam respostas correspondentes a uma gama de alegações, perguntas e experimentos de pensamento. Com relação aos experimentos de pensamento, é esperado que o Caso Gettier gere a intuição de que indivíduo não teria conhecimento naquela situação; é esperado que o Dilema do Bonde gere a intuição de que seria moralmente permissível acionar a alavanca naquela situação; é esperado que o Caso do Transplante gere a intuição de que não seria moralmente permissível que o médico tirasse a vida do doador para salvar a vida das cinco pessoas naquela situação; é esperado que o Caso Gödel gere a intuição de que quando o indivíduo usa o nome “Maria Gödel” naquela situação, ele não está se referindo à pessoa que realmente inventou a câmera digital; e de que o Quarto de Mary gere a intuição de que Mary adquiriria um novo conhecimento ao comer o bolo naquela situação. Dessa forma, os experimentos de pensamento possuem uma “resposta padrão”.

Em contrapartida, nas últimas décadas, teóricos de filosofia experimental tentaram avaliar o estatuto epistemológico das intuições a partir de estudos experimentais ao redor do mundo. Nesses estudos, filósofos experimentais apresentam casos hipotéticos filosóficos às pessoas e verificam se há variações em suas respostas, levando em conta se essas variações estão ligadas às suas características sociais e outros fatores. A maior parte da chamada “filosofia experimental” se dedica a esse projeto.

Para descrever um caso de desacordo entre intuições, Benovsky (2013) propõe um cenário bizarro em que aliens feitos de gás chegam à Terra. De alguma forma, conseguimos nos comunicar com esses aliens de maneira eficiente. Entretanto, descobrimos que eles possuem intuições diferentes das nossas. Eles intuem, por exemplo, que maçãs *não* são maçãs, enquanto os humanos intuem maçãs são maçãs. Esse cenário de desacordo entre intuições pode parecer absurdo, mas pode estar mais próximo da realidade do que os otimistas gostariam.

Tomemos como exemplo o trabalho de Buckwalter & Stich (2013). Ele apresenta evidências experimentais de um desacordo entre as intuições de homens e de mulheres. O ponto do artigo de Buckwalter & Stich (2013) é o de que as intuições de homens e mulheres variam para responder a cenários filosóficos, estando as intuições dos homens mais de acordo com as soluções clássicas para os problemas filosóficos do que as intuições das mulheres. Portanto, esse viés de gênero seria uma das explicações para a menor presença de mulheres que buscam diplomas e carreiras em filosofia. Tendo respostas diferentes das clássicas aos experimentos, as mulheres se sentiriam desencorajadas a continuar em filosofia.

Para reforçar esse ponto, Buckwalter & Stich (2013) usam como evidência outro trabalho, de Starmans & Friedman (2009), que também parece encontrar diferenças de resposta entre gêneros com relação a dois exemplos de Casos Gettier. No trabalho de Starmans & Friedman (2009), cerca de 71% das mulheres responderam que a pessoa do Caso Gettier realmente sabe; mas cerca de 59% dos homens responderam que a pessoa apenas acredita. Isto é, as intuições dos homens estavam de acordo com as expectativas dos filósofos, mas a das mulheres não.

Além desse trabalho, existem muitos outros envolvendo variação em função de bagagem cultural, etnia, contexto, temperamento e ordem de apresentação. Uma descrição mais completa dos trabalhos da filosofia experimental pode ser encontrada em Knobe & Nichols (2017). Em geral, a ala pessimista da filosofia experimental defende o Desafio Restricionista com base na ideia de que: porque intuições variam em função de fatores irrelevantes, não devemos confiar nelas. Entretanto, proponho duas respostas a esse desafio.

3.2.2

Duas respostas ao Desafio Restricionista

O Desafio Restricionista pode ser respondido de duas formas. A primeira resposta diz respeito à confiança em trabalhos de filosofia experimental. Voltemos ao exemplo da variação em função por gênero citada por Buckwalter & Stich (2013) e Starmans & Friedman (2009). Existem controvérsias quanto a esses estudos e algumas pessoas ao tentarem replicá-los não conseguiram chegar nesses mesmos resultados negativos (Nagel et al., 2013; Seyedsayamdost, 2015). Além disso, o estudo de Starmans & Friedman (2009) parece não gerar intuições genuínas. Eles propõe uma resposta binária a um Caso Gettier entre “ele sabe” ou “ele apenas acredita”. Dizer que “ele apenas acredita” pode passar a ideia de que o indivíduo acredita sem verdade ou sem justificção — o que não é verdade. Dessa forma, o experimento parece criar uma resposta forçada para uma apresentação ambígua do caso — seguindo minha caracterização de intuições do capítulo 2, essa resposta pode ser em muitos casos um mero palpite. Isso explica a falha de replicação do experimento.

A segunda resposta diz respeito à própria força do Desafio Restricionista. Sabemos que a filosofia experimental está se aprimorando e é possível que continuem encontrando intuições variando em função de fatores irrelevantes. Vamos supor, então, que esses filósofos estejam certos e que, de fato, intuições variem em função de fatores irrelevantes, como bagagem cultural, etnia, contexto, temperamento e ordem de apresentação.

Diante disso, proponho o seguinte argumento por analogia:

Premissa 1 - Não devemos deixar de confiar na percepção, raciocínio ou memória só porque variam em função de fatores irrelevantes.

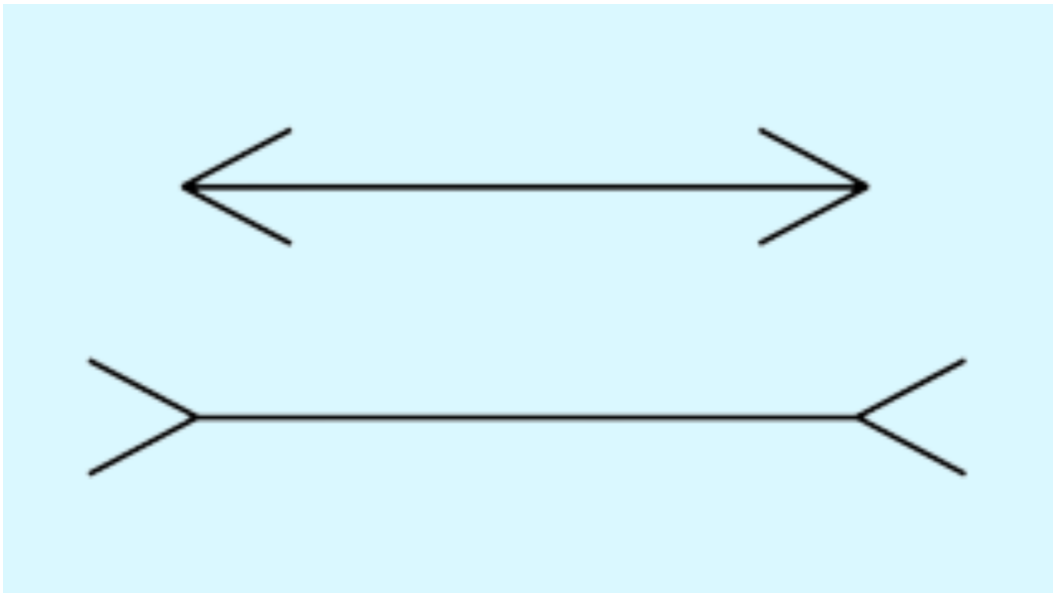
Premissa 2 - Intuição é como a percepção, raciocínio ou memória.

Premissa 3 - Logo, não devemos deixar de confiar na intuição só porque varia em função de fatores irrelevantes.

Se tomarmos a percepção como exemplo, sabemos que ela varia em função de fatores irrelevantes. Somos suscetíveis a inúmeras ilusões sensoriais de

diversos tipos. Na Ilusão de Müller-Lyer da Figura 4, por exemplo, muitas pessoas tendem a perceber que a linha de cima é menor que a de baixo. Entretanto, as duas linhas possuem o mesmo tamanho. Nos estudos citados por Keith (2011), apresentam-se fortes evidências de que pessoas que cresceram em casas redondas caem menos na Ilusão de Müller-Lyer comparadas às pessoas que cresceram em casas retangulares. Nesse sentido, a percepção visual é influenciada por fatores irrelevantes como a arquitetura da casa em que a pessoa viveu. Ainda assim, confiamos na percepção visual. Essas ilusões nos mostram que a percepção não é infalível, que devemos tomar cuidado ao utilizá-las e nos esclarecem como elas são produzidas.

Figura 4 - Ilusão de Müller-Lyer



Fonte: Própria (2023)

Diante disso, o Desafio Restricionista é fraco demais para nos levar ao ceticismo sobre intuições. No máximo, ele nos ensina que intuições não são infalíveis, que devemos tomar cuidado ao utilizá-las e nos esclarece como as intuições são produzidas. Se intuições variam em função de gênero, por exemplo, cabe investigar qual é o mecanismo por trás dessa variação. Se intuições variam em função de emoções, cabe investigar a relação entre intuições e emoções. Dessa forma, a filosofia experimental pode nos auxiliar a diferenciar entre intuições confiáveis e não confiáveis.

3.3

Desafio da Conexão

Existe um desafio que questiona, basicamente, qual é a conexão real entre as intuições sobre os fatos e os próprios fatos — vamos chamá-lo de “Desafio da Conexão”. Suponha que eu tenha a intuição de que os gatos são gatos. Qual é a conexão entre a intuição e o fato de os gatos serem gatos? Ou — muito mais problemático — suponha que eu tenha uma intuição de que Deus é bom. Qual é a conexão entre essa intuição e o fato de que Deus é bom? Se não tivermos uma boa resposta para essas perguntas, temos um motivo para não confiar nas intuições. Uma versão deste problema é formulada por Earlenbaugh & Molyneux (2009, pp. 35-36).

No caso da percepção, temos uma boa resposta. Existe uma conexão causal entre a percepção de que este gato é laranja e o fato de que este gato é laranja. No caso da memória, também temos uma resposta. Existe uma conexão causal entre a lembrança de que almoçaria hoje e o fato de almoçar hoje. E quanto as intuições e seus conteúdos? Existe uma conexão causal? Existe outro tipo de conexão? Se sim, temos que apresentar as evidências dessa conexão. Entretanto, ponto de Earlenbaugh & Molyneux (2009) é de que não há boas evidências de conexão. Logo, não seria adequado confiar em intuições.

3.3.1

Resposta ao Desafio da Conexão

Para que o otimista sobre intuições possa responder a esse desafio, ele precisa mostrar que há boas evidências dessa conexão. Segundo Jenkins (2014), essa conexão existe. Nesse momento, quero defender que a abordagem etiológica de Jenkins sobre intuições é uma boa resposta com relação ao Desafio da Conexão.

Jenkins elabora uma abordagem etiológica — ou seja, uma abordagem baseada em como as intuições são produzidas e originadas. A proposta de Jenkins tem duas noções centrais: conceitos e experiência. Quando pensamos em uma

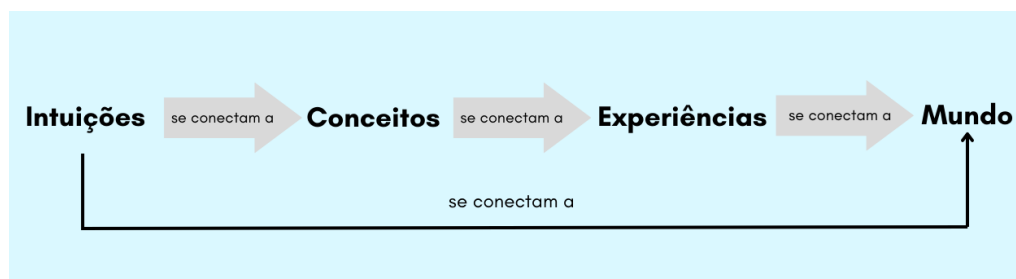
alegação ou em um experimento de pensamento, lidamos com conceitos. Assim, a intuição de que “é possível chover” envolve conceitos como de possibilidade e de chover. As intuições seriam o veredito do exame conceitual. Nas palavras de Jenkins, “(...) what I want to point out here is that one can understand intuition(s) (...) as consisting in the act, process, and/or deliverances of the examination of empirically grounded concepts” (2014, p. 104).

Para Jenkins, os conceitos espelham o mundo. A evidência disso é que os conceitos sustentam o sucesso da ciência e “não é por milagre” que a ciência seja bem-sucedida (2014, p. 108). Portanto, provavelmente a estrutura do conceito espelha a estrutura do mundo. Nas palavras de Jenkins,

I postulate empirically mediated connections between the world’s structure and the structure of our concepts, which is what secures the reliability and evidential status of intuitions (2014, p. 108).

No entanto, como a estrutura dos conceitos reflete a estrutura do mundo? Através da experiência. Para Jenkins, a experiência media a relação entre os conceitos e o mundo. Jenkins diz que “[o]ur concepts don’t float free from the phenomena which they represent; they are sensitive to the world because they are sensitive to experience” (2014, 106). Em outras palavras, as intuições estão conectadas a conceitos — provavelmente articulados como proposições — mas, examinando esses conteúdos conceituais, podemos descobrir fatos sobre o mundo.

Figura 5 - Um esquema da abordagem etiológica de Jenkins



Fonte: Própria (2023)

Assim, intuições são resultados do exame conceitual, conceitos são sensíveis à nossa experiência com o mundo e nossa experiência com o mundo é sensível à estrutura do mundo. Nas palavras de Jenkins, “the proximal sources of

intuitions are our concepts, and the distal source is experience” (2014, 104). Em outras palavras, as intuições se conectam a conceitos que se conectam à experiência que se conecta ao mundo; portanto, as intuições se conectam ao mundo — como pode ser visto na Figura 5.

Um adendo precisa ser feito. Isso não significa que alguém obtenha o conceito de bom, por exemplo, vendo ou ouvindo bondade. Para Jenkins, a fundamentação empírica dos conceitos pode ser holística. Nesse sentido, um conceito pode ser empiricamente fundamentado na medida em que dá sentido à totalidade de nossa experiência (Jenkins, 2014, 104). Se um deus existe e não é físico, não temos conexão causal com ele. Ainda assim, podemos (à princípio) adquirir o conceito de deus de forma confiável na medida em que o conceito der sentido à totalidade da nossa experiência. Logo, a conexão aí pode ser meramente holística, e não causal.

Quando entendemos essa abordagem, parece que temos uma boa resposta para o Desafio da Conexão. Qual é a conexão entre a intuição de que maçãs são maçãs e o fato de que maçãs são maçãs? Intuições conectadas a conceitos, conceitos conectados à experiência e a experiência conectada ao mundo. Qual é a conexão entre a intuição de que os gatos são animais e o fato de que gatos são animais? Intuições conectadas a conceitos, conceitos conectados à experiência e a experiência conectada ao mundo. Mas isso é o suficiente para produzir uma boa resposta ao Desafio da Conexão?

3.3.2

Avaliando a abordagem etiológica de Jenkins

Para saber se a abordagem etiológica de Jenkins é boa, precisamos de indícios de uma boa abordagem etiológica. Nesse contexto, consigo pensar em pelo menos quatro indícios de uma boa abordagem etiológica, a saber:

- 1.º sinal - Ela ajuda a explicar o sucesso.
- 2.º sinal - Ela ajuda a explicar o fracasso.
- 3.º sinal - Ela ajuda a explicar o desacordo.

4º sinal - Ela tem uma boa base empírica.

A abordagem etiológica de Jenkins possui o 1.º sinal. Ela nos ajuda a explicar o sucesso das intuições. Como eu disse antes, as intuições se conectam a conceitos que se conectam a experiências que se conectam ao mundo. Isso ajuda a explicar como as intuições podem ser bem-sucedidas. Tomemos o exemplo das intuições sobre os Casos Gettier. Eles podem ser fundamentados em um bom aprendizado conceitual sobre os conceitos de crença, verdade, justificação e conhecimento. Por isso, essas intuições se conectam aos próprios fatos sobre o conhecimento.

A abordagem etiológica de Jenkins possui o 2.º sinal. Ela nos ajuda a explicar o fracasso das intuições. Este é um sinal adequado para intuições porque mesmo otimistas sobre intuições como Bealer (1998) e Sosa (2007, 2008) concordam que as intuições podem ser derrotadas por novas informações. A questão é como explicar o fracasso da intuição. Suponha que tenhamos a intuição de que os deuses não podem ser maus. Suponha também que a associação de que os deuses não podem ser maus acontece por uma conveniência social que não capta a estrutura do mundo (por exemplo, era socialmente conveniente que os deuses não pudessem ser maus apenas porque os deuses eram um modelo de comportamento social). Nesse caso, os conceitos ainda são “baseados na experiência” e provavelmente poderíamos ter a intuição de que os deuses não podem ser maus. Ainda assim, essa intuição está falhando, porque não está baseada em um processo particular confiável. Outro fator é a competência conceitual. Se alguém não tem competência para usar o conceito de deus ou de mal, provavelmente sua intuição envolvendo esses conceitos não seria confiável. Portanto, a abordagem de Jenkin nos ajuda a explicar o que está por trás do fracasso das intuições.

A abordagem etiológica de Jenkins possui o 3.º sinal. Ela nos ajuda a explicar o desacordo entre as intuições. Suponha que mulheres e homens tenham intuições diferentes sobre um caso Gettier - não há conhecimento nesse caso Gettier para a intuição masculina, mas há conhecimento em um caso Gettier para as intuições femininas. Assim, devemos verificar como eles aprendem os conceitos de crença, justificação, verdade e conhecimento. Porque, se mulheres e homens aprenderem alguns conceitos de maneira diferente, provavelmente terão

intuições diferentes. Assim, a abordagem etiológica de Jenkins nos ajuda a explicar o desacordo entre as intuições.

A abordagem etiológica de Jenkins não possui o 4.º sinal. O fundamento empírico fornecido por Jenkins é um “argumento do milagre”. Isto é, não seria por milagre que a ciência é bem sucedida utilizando conceitos, mas é porque conceitos estão ligados à realidade. No entanto, esse fundamento é muito limitado a conceitos científicos. Nossos conceitos comuns também são bem-sucedidos? Se sim, é um sucesso relevante? Somos bem sucedidos em fazer previsões usando conceitos não científicos? Adquirimos esses conceitos de acordo com a estrutura do mundo? No momento, pode ser difícil responder a essas perguntas, porque nossos conceitos são extremamente heterogêneos. Talvez essa avaliação deva ser feita caso a caso.

Diante disso, a abordagem etiológica de Jenkins fornece uma boa resposta para Desafio da Conexão, com pelo menos três sinais de que é boa. Ainda assim, esse é o desafio mais forte contra intuições, que pode ser respondido de maneira mais completa na medida em que progredimos nas pesquisas sobre como as intuições são produzidas.

3.4

Considerações finais

Diante disso, atingi meu objetivo de responder a três desafios contra confiança em intuições.

Em 3.1, expus o Desafio da Atipicidade, que questiona a capacidade de intuições serem confiáveis quando aplicadas a cenários atípicos. Disse que, na versão de Rolla (2021), esse desafio é proposto contra a metodologia de avaliação por intuições — em que uma boa teoria filosófica seria resistente a contraexemplos atípicos — e que um caso em que isso ocorreu foi na apresentação do cenário atípico do Caso da Clarividência contra a teoria confiabilista. Uma vez que consegue lidar com a intuição desse cenário atípico, a teoria internista teria vantagem contra a teoria confiabilista. Em seguida, disse que o Desafio da Atipicidade é proposto por Rolla (2021) como um argumento por

analogia entre intuição e raciocínio, e que ele propõe evidências para a primeira premissa a partir de dois estudos que dizem que raciocinamos mal quando estamos lidando com alguns cenários atípicos; e propõe (de forma menos clara) quanto à segunda premissa que o que intuição e raciocínio têm em comum é que tanto intuições confiáveis quanto raciocínios confiáveis dependem de uma boa competência conceitual. Em contrapartida, apresentei duas respostas contra esse desafio. A primeira resposta foi com relação a uma pressuposição oculta no desafio como formulado por Rolla (2021) que alega que elementos abstratos são como elementos ficcionais. Respondi que esse pressuposto é falso, já que elementos abstratos estão distantes da nossa prática de uso de conceitos, mas elementos ficcionais estão próximos da nossa prática de uso de conceitos. A segunda resposta foi com relação à capacidade que possuímos de aprender a intuir melhor sobre cenários atípicos. Se por um lado, o raciocínio dos lógicos, professores e alunos sobre cenários atípicos melhora com treinamento adequado; por outro, as intuições dos filósofos sobre cenários atípicos também melhora com treinamento adequado. Diante disso, o Desafio da Atipicidade não deve nos levar ao ceticismo sobre intuições, mas nos mostra que existem casos em que intuimos melhor e casos em que intuimos pior; e que devemos desenvolver técnicas de melhoramento de intuições.

Em 3.2, expus o Desafio Restricionista, que questiona a capacidade dos filósofos analíticos utilizarem intuições de maneira confiável em suas teorias, já que intuições seriam sensíveis a fatores irrelevantes. Disse que experimentos de pensamento possuem uma resposta padrão esperada, mas que teóricos de filosofia experimental mostraram que essas respostas nem sempre são dadas, e também que a resposta das pessoas é influenciada por fatores irrelevantes como, por exemplo, bagagem cultural e gênero. Na minha primeira resposta contra esse desafio, questionei a capacidade de replicação da filosofia experimental e a capacidade da filosofia experimental de conseguir gerar intuições genuínas. Na minha segunda resposta, questionei a própria força do Desafio Restricionista elaborando um argumento que parte da premissa de que não devemos deixar de confiar na percepção, raciocínio ou memória por variarem em função de fatores irrelevantes para chegar à conclusão de que não devemos deixar de confiar na intuição por ela variar em função de fatores irrelevantes.

Em 3.3, expus o Desafio da Conexão, que questiona basicamente qual é a

conexão real entre as intuições e os próprios fatos. Respondi a esse desafio com a abordagem etiológica de Jenkins (2014) sobre intuições. Expliquei que essa abordagem diz que conceitos são sensíveis à nossa experiência com o mundo e nossa experiência com o mundo é sensível à estrutura do mundo. Para defender que essa é uma boa abordagem, mostrei que ela possui três sinais de que é boa: ela ajuda a explicar o sucesso das intuições, ela ajuda a explicar o fracasso das intuições e ela ajuda a explicar o desacordo entre intuições — embora não tenha uma boa base empírica. Logo, há três sinais de que essa é uma boa abordagem etiológica de intuições e, conseqüentemente, essa abordagem responde ao Desafio da Conexão.

Conclusão

No capítulo 1, esclareci o que está em jogo quando falamos de intuições na filosofia analítica contemporânea — seja sobre o uso de intuições ou sobre a discussão sobre intuições. Esse esclarecimento é extremamente importante. Em primeiro lugar, para mostrar que intuições podem ser geradas de diversas formas. Depois, para mostrar que os problemas filosóficos envolvendo intuições têm diferenças importantes que não podem ser ignoradas e que existem muitos problemas filosóficos sobre intuições negligenciados — como, por exemplo, sobre o papel pedagógico que as intuições podem possuir. Logo, penso que esse primeiro capítulo serviu para fornecer um paradigma do uso e da discussão sobre intuições em filosofia analítica, que pode servir para nortear trabalhos futuros sobre essa temática.

No capítulo 2, fiz uma caracterização a partir de uma lista de critérios. Isso é extremamente importante de ser feito, tendo em vista que a palavra “intuição” é muito ambígua e que existe muita obscuridade em torno da própria noção de intuição. Independente da pessoa concordar com minha caracterização, ela ainda é importante por trazer à luz as vantagens e desvantagens que uma caracterização de intuições pode possuir. Ao longo dos anos em que me dediquei a esse projeto, essa lista foi sendo atualizada cada vez mais. Logo, é plausível que ela seja também atualizada no futuro — seja por mim ou por outros filósofos.

No capítulo 3, defendi intuições contra três desafios sobre confiança. Além das próprias respostas, responder aos desafios traz lições importantes como de que devemos encontrar maneiras de melhorar intuições e descobrir mais fatos sobre seus mecanismos de funcionamento.

Em linhas gerais, esses três capítulos possuem pouca conexão uns com os outros. Dessa maneira, mesmo que os resultados de um capítulo possam ser criticados, isso não afetará os outros capítulos — pelo menos, não de maneira significativa. Logo, espero ter enriquecido ainda mais o debate intuições na filosofia analítica ao fornecer esclarecimentos, caracterizações e defesas quanto ao tema.

Referências Bibliográficas

Alexander, Joshua & Weinberg, Jonathan M. (2014). “The Challenge of Sticking with Intuitions through Thick and Thin”. In: Booth Anthony Robert & P. Rowbottom Darrell (eds.), **Intuitions**. Oxford University Press.

Bealer, George. (1998). “Intuition and the Autonomy of Philosophy”. In: Michael DePaul & William Ramsey (eds.), **Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry**. Rowman & Littlefield. pp. 201-240.

Benovsky, Jiri. (2013). “From Experience to Metaphysics: On Experience-based Intuitions and their Role in Metaphysics”. In: **Noûs** 47(3). pp. 1–14.

Bonjour, Laurence. (1980). “Externalist Theories of Empirical Knowledge”. In: **Midwest Studies in Philosophy** 5 (1). pp. 53-73.

Buckwalter, Wesley & Stich, Stephen (2013). “Gender and Philosophical Intuition”. In: Joshua Knobe & Shaun Nichols (eds.), **Experimental Philosophy, Vol.2**. Oxford University Press. pp. 307-346.

Cappelen, Herman. (2012). **Philosophy Without Intuitions**. Oxford: Oxford University Press.

Centeno, Gabriel. (2022). “Entenda: foto com caças F-5 “camuflados” da FAB viraliza na internet”. In: **Aeroflap**. Disponível em <<https://www.aeroflap.com.br/entenda-foto-com-cacas-f-5-da-fab-camuflados-viraliza-na-internet/>>. Acesso em: 17/03/2023.

De Smedt, Johan & De Cruz, Helen (2015). “The Epistemic Value of Speculative Fiction”. In: **Midwest Studies in Philosophy** 39 (1). pp. 58-77.

Deutsch, Max. (2015). **The Myth of the Intuitive: Experimental Philosophy and Philosophical Method**. Cambridge, MA: MIT Press.

Devitt, Michael. (2006). “Intuitions in linguistics”. In: **British Journal for the Philosophy of Science** 57 (3): pp. 481-513.

Earlenbaugh, Joshua & Molyneux, Bernard. (2009). “If Intuitions Must Be Evidential then Philosophy is in Big Trouble”. In: **Studia Philosophica Estonica**. pp. 35–53

Foot, Philippa (1967). “The Problem of Abortion and the Doctrine of the Double Effect”. In: **Oxford Review** 5. pp. 5-15.

Gettier, Edmund. (1963). “Is Justified True Belief Knowledge?”. In: **Analysis**, v. 23, Issue 6, 1, pp. 121–123.

Gopnik, Alison & Schwitzgebel, Eric (1998). “Whose concepts are they, anyway? The role of philosophical intuition in empirical psychology”. In M. R. DePaul & William Ramsey (eds.), **Rethinking Intuition**. Lanham: Rowman and Littlefield. pp. 75-91.

Helm, Hugh & Gilbert, John. (1985). “Thought Experiments and Physics Education – Part 1”. In: **Physics Education**, 20: pp. 124–131.

Helm, Hugh; Gilbert, John & Watts, Michael D. (1985). “Thought Experiments and Physics Education – Part 2”. In: **Physics Education**, 20: pp. 211–217.

Huemer, Michael. (2001). **Skepticism and the Veil of Perception**, Lanham, MD: Rowman and Littlefield.

Huemer, Michael. (2005). **Moral Intuitionism**. New York: Palgrave Macmillan.

Keith, Kenneth D. (ed) (2011). **Cross-Cultural Psychology: Contemporary Themes and Perspectives**. John Wiley & Sons.

Klassen, Stephen. (2006). “The Science Thought Experiment: How Might it be Used Profitably in the Classroom?”. In **Interchange**, 37: pp. 77–96.

Kornblith, Hilary. (1998). “The role of intuition in philosophical inquiry: An account with no unnatural ingredients”. In M. DePaul & W. Ramsey (eds.), **Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry**. pp. 129-141.

Kripke, Saul A. (1980). **Naming and Necessity**. Harvard University Press.

Jackson, Frank (1986). “What Mary Didn’t Know”. In: **Journal of Philosophy** 83 (5): pp. 291-295.

Jenkins, Carrie S. I. (2014). “Intuition, ‘Intuition’, Concepts and the A Priori”. In: Booth Anthony Robert & P. Rowbottom Darrell (eds.), **Intuitions**. Oxford University Press.

Lewis, David. (1983). **Philosophical Papers: Volume I**, New York: Oxford University Press.

Ludwig, Kirk. (2007). “The Epistemology of Thought Experiments: First Person versus Third Person Approaches”. In: **Midwest Studies in Philosophy** 31 (1): pp. 128-159.

Nagel, Jennifer. (2012). “Intuitions and Experiments: A Defense of the Case Method in Epistemology”. In: **Philosophy and Phenomenological Research** 85 (3): pp. 495-527.

Nagel, Jennifer; San Juan, Valerie & Mar, Raymond A. (2013). “Lay Denial of Knowledge for Justified True Beliefs”. In: **Cognition** 129 (3): pp. 652-661.

Pust, Joel. (2000). **Intuitions as Evidence**. New York: Garland/Routledge.

Pust, Joel. (2012). "Intuition". In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/intuition/>>. Acesso em: 25/03/2023.

Rolla, Giovanni (2021). "Contra intuições". In: **Filosofia Unisinos** 22 (1):21-28.

Rowbottom, Darrell Patrick. (2014). "Intuitions in Science: Thought Experiments as Argument Pumps". In Anthony R. Booth & Darrell P. Rowbottom (eds.), **Intuitions**. Oxford University Press. pp. 119-134.

Russell, Bertrand. (1912). **The Problems of Philosophy**. Oxford: Oxford University Press.

Schulz, Eric; Cokely, Edward T. & Feltz, Adam (2011). "Persistent bias in expert judgments about free will and moral responsibility: A test of the Expertise Defense". In: **Consciousness and Cognition** 20 (4). pp. 1722-1731.

Seyedsayamdost, Hamid (2015). On gender and philosophical intuition: Failure of replication and other negative results. **Philosophical Psychology** 28 (5): pp. 642-673.

Sosa, Ernest. (2008). "A Defense of the Use of Intuitions in Philosophy". In: M. Bishop; D. Murphy (eds) **Stich and His Critics**. Oxford-New York: Blackwell.

Sriraman, Bharath. (2006). "An Ode to Imre Lakatos: Quasi-Thought Experiments to Bridge the Ideal and Actual Mathematics Classrooms". In: **Interchange**, 37: pp. 151-178.

Starmans, Christina & Friedman, Ori. (2009). Is knowledge subjective? A sex difference in adults' epistemic intuitions. Poster apresentado na **6th Biennial Meeting of the Cognitive Development Society**, San Antonio, TX, Outubro 16-17, 2009. Resumo disponível em: <http://www.cogdevsoc.org/prog2009/CDS09Program.pdf>.

Swain, Stacey; Alexander, Joshua & Weinberg, Jonathan M. (2008). **The instability of philosophical intuitions: Running hot and cold on truetemp.** *Philosophy and Phenomenological Research* 76 (1). pp. 138-155.

Tobia, Kevin; Buckwalter, Wesley & Stich, Stephen (2013). “Moral Intuitions: Are Philosophers Experts?”. In: **Philosophical Psychology** 26 (5). pp. 629-638

Teixeira, Célia. (2014). “Conhecimento A Priori”. In: **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. João Branquinho e Ricardo Santos (eds.), Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Thomson, Judith Jarvis (1976). “Killing, Letting Die, and the Trolley Problem”. In: **The Monist** 59 (2). pp. 204-217.

Wason, Peter Cathcart. (1968). “Reasoning about a rule”. In: **Quarterly Journal of Experimental Psychology**, 20(3): pp. 273-281.

Weinberg, Jonathan M.; Nichols, Shaun & Stich, Stephen (2001). **Normativity and epistemic intuitions**. *Philosophical Topics*, 29 (1-2). pp. 429-460.

Weinberg, Jonathan M.; Gonnerman, Chad; Buckner, Cameron & Alexander, Joshua (2010). “Are Philosophers Expert Intuiters?” In: **Philosophical Psychology** 23 (3): pp. 331-355.

Zizzo, Daniel John (2004). “Introspection and intuition in the decision sciences”. In: **Behavioral and Brain Sciences** 27 (2):274-275.